



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Pós-graduação em Psicologia
Curso Mestrado

**IDENTIDADES E INFORMALIDADES: UM ESTUDO COM TRABALHADORES
DO SETOR INFORMAL DE FLORIANÓPOLIS-SC**

FLORIANÓPOLIS

2005

MAURÍCIO CAMPOS

**IDENTIDADES E INFORMALIDADES: UM ESTUDO COM TRABALHADORES
DO SETOR INFORMAL DE FLORIANÓPOLIS-SC**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Chalfin Coutinho

**FLORIANÓPOLIS
2005**

TERMO DE APROVAÇÃO

MAURÍCIO CAMPOS

IDENTIDADES E INFORMALIDADES: UM ESTUDO COM TRABALHADORES DO SETOR INFORMAL DE FLORIANÓPOLIS-SC

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: _____
Profª. Drª. Maria Chalfin Coutinho
Departamento de Psicologia, UFSC

Profª. Drª. Maria da Graça Jacques
Departamento de Psicologia, UFRGS

Profª. Drª. Kátia Maheirie
Departamento de Psicologia, UFSC

Profª. Drª. Dulce Helena Penna Soares
Departamento de Psicologia, UFSC

Florianópolis, 21 de março de 2005

Aos trabalhadores que durante os processos de seleção que realizei me fizeram ver mais que candidatos aptos ou inaptos, me fizeram ver o ser-humano e suas relações com o seu trabalho.

AGRADECIMENTOS

A minha família, formada também por trabalhadores, que sempre me incentivou em meus projetos e torceu por minhas vitórias.

A Camila, minha esposa e amada, o alicerce mais forte e certo nas horas de incerteza e insegurança.

A Professora Maria Chalfin, com quem tive o prazer de trabalhar e descobrir como podem ser bons alguns orientadores.

Em especial, aos trabalhadores que participaram da pesquisa e dividiram comigo o que possuem de mais precioso, a história de suas vidas.

*É nossa convicção que talvez a única
maneira de retrocesso do processo esteja
no resgate do verdadeiro sentido do
trabalho. No resgate das transformações
sociais e do próprio desejo do psicólogo
de ser/estar intimamente identificado com
um papel transformador. Pois nos damos
conta de que tudo isto passa pela
subjetividade dos tempos, pela
subjetividade dos homens, pela
subjetividade do trabalho e pela
subjetividade do próprio psicólogo
enquanto homem e homem trabalhador.
(Guareschi e Grisci, 1993, p.95)*

RESUMO

Desde o início dos anos 70 do século XX, o modo de produção capitalista vem passando por uma forte crise que tem afetado significativamente o mundo do trabalho. Neste processo, o setor informal tornou-se uma das principais faces dessas novas configurações. Tal setor apresenta-se de maneira múltipla; assim, optamos por trabalhar com o conceito de informalidade, que pode ser entendida como a combinação de atividades informais tradicionais com novas formas de trabalho precário. Entendendo o trabalho como portador da identidade, já que é por meio dele que se torna possível articular uma compreensão de si diante do mundo, e frente ao processo de transformação por que vêm passando as formas de trabalho, vimos como necessário buscar novas articulações entre as categorias identidade e trabalho, nesta direção desenvolvemos esta pesquisa, na qual utilizamos a entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados. Entrevistamos sete trabalhadores que desenvolvem suas atividades em situação de informalidade em Florianópolis -SC. A análise de conteúdo foi a ferramenta utilizada para trabalharmos com os dados encontrados. Após a análise, constatamos que a informalidade é uma opção dos participantes e não uma falta de opção. Eles vêem nesta realidade possibilidades de maiores ganhos e melhores condições de trabalho, mas trazem a dificuldade de custear os encargos trabalhistas e a incerteza de manutenção da renda como empecilhos. As características de trabalho oferecidas pela informalidade são tidas como aspectos que diferenciam os entrevistados dos trabalhadores do mercado formal e com as quais se identificam e se reconhecem. Frente às diferentes possibilidades de identificação no mundo do trabalho, fica a necessidade de a Psicologia, como campo de saber, voltar seu foco para esta realidade e nos trazer meios para continuarmos pensando e lidando com os sujeitos do trabalho.

ABSTRACT

Since the early 1970's, the capitalist production way has been going through a strong crisis that has significantly affected the field of work. The measures taken for the maintenance of the capital accumulation and reproduction cycle have led to the emergence of new and distinct forms of insertion in the field of work. Within this process, the informal economy sector has become one of the main aspects of these new configurations. Furthermore, this sector is multiple; thus, we decided to work with the concept of informal economy, which can be understood as the combination of traditional informal activities with new unstable forms of work. Understanding work as an identity bearer, since it is by means of this activity that it is possible to articulate a comprehension of oneself before the world, and also before the transformation process through which the work forms have been undergoing, we regarded as necessary to look for new articulations between the categories of identity and work, and the present research was conducted towards this conception. In order to collect the data, we used the semi-structured interview with seven workers who perform their activities in a situation of informality. The analysis of content was the tool we used to approach with the obtained data. After the analysis, we discovered that this economically informal way of working is an option of these people instead of a lack of option. They see in this reality possibilities of greater earnings and better work conditions, but they point at the difficulty of paying for work taxes and the uncertainty of keeping their earnings as problems of this activity. The work characteristics offered by the informal economy are regarded as aspects that difference the interviewed subjects from the workers of the formal market, and they identify and recognize themselves in these characteristics. Before the diverse possibilities of identification in the field of work, Psychology, as an area of knowledge, must turn its attention to this reality to bring us means to keep on thinking about and coping with the subjects of work.

SUMÁRIO	
1 Introdução	10
2 Mundo Contemporâneo do Trabalho	14
2.1 Contemporaneidade	14
2.2 Trabalho e Reestruturação Produtiva	18
2.3 Setor Informal e Informalidade	21
2.4 Informalidade no Brasil	28
3 Identidades	33
3.1 Concepções sobre a Identidade	33
3.2 Identidade e Trabalho	42
4 Método	48
4.1 Concepção da Pesquisa	48
4.2 Procedimentos para Coleta dos Dados	49
4.3 Procedimentos para Análise dos Dados	52
5 Apresentação e Análise dos Dados	55
5.1 Participantes da Pesquisa	55
5.2 Categorias de Análise	58
5.2.1 Trajetória Profissional e Informalidade	58
5.2.1.1 Trajetória Progressiva	59
5.2.1.2 Informalidades	62
5.2.1.3 Projetos Profissionais para o Futuro	70
5.2.2 Identidades	72
5.2.2.1 Identidades e Trabalho	74
5.2.2.2 Identidades e Informalidades	75
6 Conclusões	81
7 Referências	88
8 Anexos	93
8.1 Anexo 1 – Roteiro de Entrevista	93
8.2 Anexo 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	96

1 Introdução

Para Sampaio (1998) o tripé clássico da psicologia industrial (recrutamento, seleção e treinamento) ainda é a principal ocupação do psicólogo do trabalho. As atividades de recrutamento e seleção de pessoal colocam este profissional diante de fatos anunciados quase diariamente pelos meios de comunicação, as faces do atual mundo do trabalho. Os altos índices de desemprego, as dificuldades de conseguir uma nova colocação, a exclusão dos profissionais com mais de quarenta anos, a crescente inserção no mercado informal, entre outros dados, são trazidos pelos candidatos a cada nova entrevista realizada. Buscamos com esta pesquisa problematizar como as novas configurações do mundo do trabalho têm afetado o processo de construção das identidades dos indivíduos que as têm vivenciado, em especial daqueles que vivenciam a situação de informalidade.

Segundo Antunes (2000), desde o início dos anos 70 do século XX, o mundo capitalista vem passando por uma intensa crise que tem afetado significativamente o mundo do trabalho. Isto porque o sistema capitalista de produção tem sofrido uma forte desestruturação e, conseqüentemente, tem sido obrigado a implementar medidas para manter seu ciclo de reprodução, afetando tanto a forma de ser da classe trabalhadora, quanto às ações e práticas da mesma.

Entre os mecanismos utilizados pelo capital para manter seu ciclo reprodutivo estão: a expansão das atividades especulativas e financeiras e a mescla ou substituição do modelo taylorista/fordista por outras formas de produção, entre elas, de modo mais significativo pelo modelo japonês ou toyotista.

Nesta nova configuração das formas de reprodução do capital, a classe trabalhadora sofreu um grande processo de heterogenização. Surgiu, em uma escala minoritária, um trabalhador polivalente e mais qualificado, entretanto, de outro lado, criou-se uma grande massa de trabalhadores desqualificados e que hoje exercem atividades em condições precárias e/ou informais ou está desempregada.

Uma forte tendência atual é a redução de postos de trabalho para trabalhadores envolvidos diretamente nos processos de produção, postos estes característicos da fase taylorista/fordista. Nos dias de hoje, eficaz é a empresa que tem uma maior produtividade com um menor número de trabalhadores. Houve, em decorrência, um considerável crescimento de postos de trabalho temporários e estes, em sua maioria, são ocupados por mulheres, negros, imigrantes, crianças ou todos eles juntos (Antunes, 2000). No mercado de trabalho também não tem havido lugar para jovens e nem para velhos, sendo os primeiros aqueles que recentemente acabaram seus estudos e os últimos, para o capital, os indivíduos com mais de 40 anos e que, quando perdem seus empregos, dificilmente conseguem recolocar-se. Esses assumem, cada vez mais, os postos de trabalho informais, temporários e/ou parciais.

Comentário: fale mais sobre estes postos como "onde a atividade era exercida".

O setor informal pode ser entendido como uma das principais faces das novas configurações do mundo do trabalho. Tal setor é entendido por Cacciamali (1999) de duas maneiras: uma refere-se ao conjunto de pessoas que por opção e ou necessidade de sobrevivência montam negócios por conta própria, outra se refere a reformatação legal e institucional que está ocorrendo nas relações de trabalho em todas as suas dimensões. Hoje no Brasil, existe uma mão-de-obra assalariada que trabalha com carteira, que trabalha sem carteira, que trabalha sob a forma de cooperativas, que trabalha de maneira autônoma, que trabalha, enfim, nas mais diferentes configurações. Às vezes por tarefa, às vezes por empreitada, mas, mesmo assim, trata-se de mão-de-obra assalariada. Esse processo de reformatação das relações assalariadas pode, para esta autora, ser classificado também como uma categoria do processo de informalidade. Segundo Cacciamali (2001) no Brasil a porcentagem de ocupados nestas condições passou de 40,6% em 1990 para 47,1% em 1998.

De acordo com Singer (2000), uma das características do setor informal é a sua restrição a poucos ramos de atividade, sendo que a maioria dos trabalhadores deste setor dedica-se ao pequeno comércio e/ou a serviços que exigem pouca qualificação.

Os trabalhadores que estão vivenciando estas condições precárias de trabalho por vezes, não são reconhecidos, e também não se reconhecem, como trabalhadores. Frente a

esta situação cabem algumas perguntas: Que identidades estão sendo construídas e estão construindo este cenário? Que identidades os próprios trabalhadores tem atribuído a si mesmos?

Conforme Jacques (2002), a identidade é uma expressão subjetiva que se refere a tudo o que é vivenciado como sendo eu e, apesar de ser representada como ser algo (trabalhador por exemplo), é na verdade um constante estar sendo.

Com a implantação do sistema capitalista o trabalho alcançou na sociedade ocidental um lugar de destaque, tornando-se, para muitas teorias, categoria explicativa para o desenvolvimento da espécie humana, passando inclusive a ser visto como representativo da condição humana.

Ou seja, as capacidades características da humanidade, historicamente desenvolvidas, encontram-se objetivadas em um sistema temporal de atividades, fundadas sobre o e no conjunto de relações sociais que cada indivíduo e cada geração encontram como dados existentes, mas transformados sob o ponto de vista da individualidade psicobiográfica através da mediação do outro e de sínteses próprias que dão o caráter de especificidade. O mundo concreto do trabalho constitui-se como lócus por excelência para essa mediação... (Jacques, 2002, p.163)

Codo et al. (1993) entendem o trabalho como portador da identidade, já que é por meio dele que se torna possível articular uma percepção de si perante o mundo. Ciampa (1985) já havia apresentado a noção de que é por meio de suas ações que o homem se identifica.

Segundo Jacques (2002), a “identidade de trabalhador” é construída precocemente por meio da identificação com modelos adultos e/ou através da inserção no mundo do trabalho. Segundo esta autora distintos espaços de trabalho proporcionam oportunidades diferenciadas para a aquisição de atributos qualificativos desta. “Alguns espaços de trabalho e/ou categorias profissionais, pelas suas especificidades próprias, em geral

associadas a prestígio ou desprestígio social, proporcionam atributos de qualificação ou desqualificação ao eu.” (p.130)

Considerando as novas formas de organização do processo produtivo e suas influências no mundo do trabalho, e sabendo do papel estruturador do trabalho no processo de construção das identidades, faz-se necessário realizar indagações sobre a atual articulação trabalho/identidade. Foi nesta direção que desenvolvemos esta pesquisa, na qual buscamos problematizar as relações de mútua estruturação das identidades e possibilidades de trabalho desenvolvidas na informalidade. Chegamos assim, a pergunta que norteou esta pesquisa:

- Como se dá o processo de construção das identidades de trabalhadores que desempenham suas atividades no setor informal da cidade de Florianópolis-SC?

Tivemos como objetivo principal investigar o processo de construção das identidades de trabalhadores que atuam na informalidade em Florianópolis-SC. Buscando alcançá-lo resgatamos a trajetória profissional dos participantes da pesquisa e exploramos de que forma tais indivíduos têm vivenciado a situação de informalidade. Procuramos ainda contribuir com a articulação teórica sobre identidade/trabalho informal.

Para atingir os objetivos supracitados construímos um referencial teórico que contemplou as transformações por que vem passando o mundo do trabalho e as discussões sobre o conceito de identidade. Realizamos uma pesquisa de campo na qual entrevistamos sete trabalhadores em situação de informalidade, as entrevistas foram transcritas e posteriormente analisadas. Como última parte de nosso trabalho apresentamos algumas conclusões a que chegamos após articularmos as discussões teóricas e os dados encontrados no campo.

2 - Mundo Contemporâneo do Trabalho

O mundo do trabalho vem passando por um intenso processo de transformação, no qual temos visto um aumento da precarização das relações e condições de trabalho e um crescimento dos índices de desemprego. Neste cenário buscam-se novas formas de geração de emprego e renda, o setor informal, em suas complexas e distintas formas, é uma das novas faces do mesmo. A diversificação e complexificação das formas de trabalho trazem novos dados para a relação homem/trabalho. O objetivo desta pesquisa foi compreender de que forma estes dados têm afetado os processos de construção das identidades dos trabalhadores, em especial aqueles que desenvolvem suas atividades no setor informal da cidade de Florianópolis. Neste capítulo e no próximo, são apresentadas as compreensões teóricas que nortearam a pesquisa e embasaram a análise dos dados coletados. Para tanto serão apresentadas, em seguida, reflexões sobre a contemporaneidade e sua influência no modo capitalista de produção, discutiremos a reestruturação produtiva por que vem passando o mundo capitalista, buscaremos uma conceituação da informalidade e apresentaremos alguns aspectos da mesma no Brasil. Para no capítulo subsequente trazermos as reflexões teóricas sobre identidade.

2.1 - Contemporaneidade

Para Harvey (1993) não se pode falar com certeza de um sistema de pensamento que tenha substituído a modernidade, o que dificulta a criação de explicações para as mudanças que ocorreram.

[...] as contradições históricas da realidade material continuam presentes nas concepções contemporâneas. Da mesma forma que a modernidade põe possibilidades diversas, como resultado das contradições históricas que engendram o conjunto de formulações que essa concepção encerra, a chamada 'pós-modernidade' ou modernidade contemporânea apresenta-se como a manifestação histórica das idéias que representam o capitalismo na sua fase atual. (GONÇALVES, 2001, p.53)

Gonçalves (2001) aponta a dificuldade de se utilizar o termo pós-modernidade para definir a contemporaneidade, isto porque pós é aquilo que supera algo. Assim, não se pode

falar de um momento histórico que tenha rompido com a modernidade, que a tenha superado, se o fez foi por meio da negação através de um discurso homogeneizador contrário as metanarrativas, que segundo Harvey (1993), são amplos esquemas interpretativos como os produzidos por Marx ou Freud.

O atual momento histórico não superou os antagonismos do capitalismo, na verdade ele apenas representa uma nova fase do mesmo modo de produção que orientou a modernidade. Harvey (1993) entende que existe mais continuidade que diferença entre a modernidade e a pós-modernidade, para ele esta última deve ser entendida como uma crise da primeira. Crise esta, que exprime uma enorme descrença em relação às compreensões sobre como conceber e exprimir o eterno e imutável.

A pós-modernidade pode ser dividida em dois conjuntos de idéias: um que se prende apenas as modificações ocorridas no campo das artes e outro que se atém a um contexto de mudanças gerais, sociais, econômicas, políticas e também culturais (Gonçalves, 2001). Entendendo a pós-modernidade desta segunda forma, encontram-se ainda diferentes posições.

Um primeiro enfoque define a pós-modernidade como uma nova condição e não um novo momento histórico. Essa nova condição seria caracterizada por alguns pontos básicos reveladores de modificações de uma condição anterior. [...] A análise realizada descreve as mudanças em si e não como reveladoras de um processo histórico em curso. [...] Um segundo enfoque, que também aponta modificações, as vê, entretanto, como decorrentes de um processo histórico, devendo aí ser entendidas, em seu caráter histórico e ideológico. (GONÇALVES, 2001, p.56)

O primeiro enfoque concebe a pós-modernidade como resultado do desenvolvimento do capitalismo, que geraria uma sociedade dependente não mais da luta de classes e sim da produção de símbolos e tecnologias. Para Gonçalves (2001) esta concepção é na verdade uma nova roupagem das já apresentadas na modernidade, apesar de ter se complexificado, pois na pós-modernidade o que era atributo de um sujeito

(racionalidade, linguagem) passa a ter autonomia, o que faz inclusive com que o sujeito desapareça.

A outra concepção da pós-modernidade a concebe como decorrente de um processo histórico, a compreende como estrutural e como resultado do desenvolvimento histórico. Entendendo tal processo com base em contradições e conseqüentemente, como movimento de superação. Não negam, portanto, as metanarrativas, mas compreendem que elas devam ser revistas.

Esta última concepção apresenta as seguintes argumentações: a) a heterogeneidade não é um produto da pós-modernidade, na verdade serve à fase atual do capitalismo na medida em que nega a possibilidade de projetos coletivos de resistência; b) é preciso articular produção de idéias e contexto histórico, para isto é preciso recorrer às categorias totalizantes que permitem entender as diferenças culturais entendidas como expressão da contradição do capitalismo, ou seja, como resultado das alterações ocorridas no cenário econômico, na fase da acumulação flexível do capital o compromisso é apenas com a produção e com o lucro, o que apresenta e reforça a idéia de efêmero e local; c) a desigualdade é intrínseca ao capitalismo, sendo que na modernidade esta foi ideologicamente mascarada, já na pós-modernidade foi naturalizada e as desigualdades se acentuaram nesta fase do capitalismo, a fragmentação da pós-modernidade revela a fase atual do capital que também é fragmentado; a pós-modernidade só poderia trabalhar com a heterogeneidade de maneira democrática se superasse o capitalismo. (Gonçalves, 2001)

Para Harvey (1993) o fato mais espantoso da pós-modernidade é sua aceitação do descontínuo, do efêmero, as caóticas e fragmentárias correntes de mudanças são tomadas como as únicas explicações possíveis. Os pós-modernistas não buscam uma representação unificada do mundo, na verdade propõem uma compreensão fragmentada e em constante mudança, sendo que aqui a única possibilidade de ação é o pragmatismo, assim, não se deve buscar um engajamento em projetos globais.

Tonelli (2001) utiliza o termo modernidade tardia, ancorando-se em Giddens, para definir o atual momento histórico. Para esta autora o mundo de hoje é caracterizado pela dúvida.

O que marca a diferença no modo de funcionar contemporâneo é a existência de uma lógica que implica incessantemente o questionamento e a reflexividade sobre as ações e direcionamentos que devemos perseguir para estabelecer nossas estratégias de ação, em face da diversidade e da multiplicidade de opções que temos oriundas de conhecimentos e informações que, cada vez mais, é possível acessar. (p.244)

Na contemporaneidade as transformações no tempo e no espaço fazem com que acontecimentos globais reflitam também sobre a vida cotidiana. Um dos aspectos do momento atual é o acelerado ritmo das mudanças de longo alcance e que interferem em distintas práticas sociais, esse, segundo Tonelli (2001), é o dinamismo de tal momento.

A fase atual do capitalismo aponta para a necessidade de reconhecer as especificidades e diferenças. Entretanto estas servem para impedir a construção de projetos coletivos, visto que o único projeto possível é o do capital. Projetos de classe não são compatíveis com a expansão do capital internacional. Assim, fica claro que a questão cultural é também política e ideológica, pois, na pós-modernidade o movimento cultural tem como função criar a identidade das diferenças e, conseqüentemente, reafirmar o atual modo de produção. Essa característica do momento atual, a reafirmação do capitalismo, certamente tem influência decisiva no mundo do trabalho, visto que gera formas de trabalho fragmentadas e, porque não dizer, efêmeras.

Tonelli (2001) traz a metáfora do “homem camaleão”, entendido como uma versão instantânea que as pessoas precisam utilizar no mundo do trabalho frente as constantes mudanças por que este vem passando.

Ora, a confiança básica e o sentido de permanência, a rotina, a solidez nas relações, são fundamentais para o estabelecimento do sentido de auto-identidade, sem o qual a existência humana não tem segurança. A condição de insegurança (...) ou de instabilidade no projeto de auto-identidade leva a uma

autopercepção de descontinuidade tanto de si mesmo quanto do tempo, na impossibilidade de a pessoa manter confiança em sua auto-integridade, e a uma tentativa de se misturar com o ambiente para se proteger dos perigos e escapar aos riscos que um ambiente mutante impõe (Giddens, 1994:47), ou seja, exatamente a estratégia utilizada pelo camaleão, que, como defesa, muda sua cor para ficar semelhante à cor do ambiente e passar despercebido. (p.246)

No próximo tópico a proposta é explicar o processo de reestruturação produtiva que buscou novas formas de acumulação capital e que gerou, ou melhor, continua gerando, formas precarizadas de trabalho e a crescente desconstrução da idéia de uma classe trabalhadora.

2.2 – Trabalho e Reestruturação Produtiva

Segundo Marx (1968) o trabalho é uma transformação que tem como objetivo atender necessidades humanas. Em qualquer estrutura social, trabalho é uma relação dialética entre homem e natureza.

O fim do trabalho é criar valores de uso, entretanto no capitalismo o interesse não é o produto e sim a valorização do capital, neste modo de produção o trabalhador está sob o controle do capitalista. Aqui não se busca produzir algo que tenha só valor de uso, e sim que tenha também valor de troca. O objetivo é produzir mercadorias além do valor de uso que gerem também valor excedente.

Contudo, Marx (1983) traz que no modo de produção capitalista o trabalho deixa de hominizar e passa a alienar. Aqui o produto do trabalhador torna-se estranho a ele. Porém, a alienação não aparece apenas como resultado, aparece também como processo de produção, dentro da própria atividade produtiva. O trabalhador aliena-se a si próprio no ato da produção, mesmo porque, se isto não ocorresse não seria possível à alienação entre trabalhador e produto. A alienação do objeto apenas resume a da própria atividade do trabalho. O trabalhador torna-se escravo do objeto: primeiro por receber um objeto de

trabalho e segundo por receber meios de subsistência. É o objeto que possibilita sua existência como trabalhador e também como sujeito físico. O apogeu dessa escravização é o fato dele só poder se manter como sujeito físico na medida em que é um trabalhador, e é só como sujeito físico que ele pode ser trabalhador.

A forma de produção predominante na sociedade capitalista até os anos 70 do século XX era o taylorismo/fordismo, na qual se tinha uma produção em série e empresas verticalizadas, mas em tal década este modelo deu sinais de esgotamento não conseguindo mais manter os índices de crescimento do processo de acumulação do capital.

De acordo com Baumgarten (2002), diferentes possibilidades têm sido levantadas na busca por responder aos desafios colocados à acumulação e lucratividade do capital. No âmbito das relações de trabalho existem dois eixos centrais neste processo: as transformações na organização do processo de trabalho e a introdução de novas tecnologias que tentam adaptar o sistema produtivo ao mercado atual que é instável e competitivo.

Se há um processo de busca de um novo modelo de organização social, com implicações sobre as relações industriais, a distribuição de renda, a competição intercapitalista, existem, também, diferentes caminhos abertos para a substituição do fordismo como forma dominante de acumulação capitalista, ou mesmo de adaptação de modelos às condições socioculturais e econômicas locais. Deve, ainda, ser considerada a possibilidade de convivência entre modelos que tenderiam a tornar-se mais ou menos eficazes, dependendo do país, do setor produtivo e do mercado de trabalho. Nessa perspectiva, as novas formas emergentes de produção conteriam os germes de vários padrões alternativos de acumulação. (BAUMGARTEN, 2002, p.269 e 270)

Antes mesmo da década de 70 do século XX, já existia no mundo a busca por novas formas de acumulação do capital, sendo que, no Japão, por exemplo, isto era uma realidade desde o pós-guerra. Mas neste período essa busca se intensificou e era possível vê-la na região da Califórnia, nos Estados Unidos, no norte da Itália, na Suécia, em regiões da Alemanha e em outras tantas partes do mundo. A reestruturação ocorreu por meio de

distintos modelos, optamos aqui por falar mais do modelo japonês visto que é o mais significativo no Brasil.

Um dos padrões alternativos de acumulação que se tornou bastante presente foi o toyotismo, ou modelo japonês. No qual, deu-se ao trabalhador a aparência de que dispunha de autonomia e de que podia se envolver de maneira ativa nos projetos da empresa, mas, esta participação nos projetos ocorria de forma manipulada. É importante ressaltar que este modelo só teve vigência no Japão quando o sindicalismo de classe foi desestruturado. O ocidente vem incorporando o ideário e a pragmática toyotista, mas este não se tornou um modelo hegemônico. No Brasil por exemplo ele não é o padrão produtivo nem o modelo de gestão da força de trabalho predominante. Entretanto, muitas fábricas tayloristas/fordistas incorporaram elementos do toyotismo (ANTUNES, 2000).

Na busca por novas formas de acumulação do capital surgiram as chamadas empresas flexíveis ou enxutas (reduzido quadro de funcionários), que por sua vez caracterizam as empresas capitalistas de nossos dias. Nelas há uma forte precarização dos direitos do trabalho, na medida em que se mantém um núcleo central mínimo, composto por trabalhadores qualificados e polivalentes, mas criam-se vários núcleos terceirizados que se tornam, cada vez mais, responsáveis pela produção e ao mesmo tempo significativamente precarizados em seus direitos. Assim, neste novo modelo flexibilizado do capital cria-se a necessidade de expandir as formas de trabalhos precarizados, informais e ou terceirizados. Antunes (2000) traz que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), há mais de 1 bilhão de pessoas subempregadas ou desempregadas no mundo, o que representa um terço da população economicamente ativa. A redução do número de vagas no mercado de trabalho tem afetado indivíduos de todos os segmentos sociais, inclusive trabalhadores com bons níveis de escolarização/qualificação.

Comentário: onde? no mercado formal ou informal?

As crises enfrentadas pelo sistema capitalista trouxeram também a crise do trabalho assalariado, especialmente nos países em desenvolvimento. Este processo alterou significativamente as relações de trabalho trazendo a idéia da flexibilização das jornadas, dos direitos e dos salários, criando desta forma, distintas relações trabalhistas. A classe

trabalhadora ficou mais heterogênea, deixando de ser formada, em sua maioria, por homens com empregos industriais e salários estáveis e passando a ser composta, também por um significativo número de mulheres com empregos no setor de serviços e com baixos salários (ANTUNES, 2000).

Nesta nova configuração das formas de reprodução do capital surgiu, em uma escala minoritária, um trabalhador polivalente e mais qualificado, entretanto, de outro lado, criou-se uma grande massa de trabalhadores desqualificados e que hoje exercem atividades em condições precárias e/ou informais ou está desempregada. Este é o cenário da precarização das relações de trabalho, da internacionalização do capital, da flexibilidade e da reestruturação produtiva.

Durante a vigência do taylorismo/fordismo a classe trabalhadora já era heterogênea e os subempregos também já existiam. Porém, a busca por novas formas de acumulação do capital gerou um expressivo crescimento destas condições. Causando ainda uma desorganização da classe trabalhadora, diminuindo, assim, a possibilidade desta se opor a tais transformações. O desemprego e o trabalho precarizado tornaram-se questões individuais, cabendo a cada indivíduo se qualificar para conseguir manter-se no mercado de trabalho. Antunes (2000) utiliza o termo classe que vive do trabalho para referir-se a atual e heterogênea composição da classe trabalhadora.

2.3 - Setor Informal e Informalidade

Cacciamali (1982) aponta a inexistência de uma definição precisa para o Setor Informal. Melo e Telles (1999) fazem a mesma afirmação e utilizam duas definições para conceituar tal setor. Uma está calcada na forma de produção que é distinta da capitalista, visto que neste setor não há uma diferenciação entre capital e trabalho e o assalariamento não é a principal forma de remuneração, além das empresas não serem organizadas do ponto de vista jurídico. A outra está embasada na idéia de ilegalidade, a questão aqui é o custo da legalização dos contratos de trabalhos, isto requer o pagamento de encargos sociais que aumentam o custo do trabalho, tal fato acaba gerando formas de emprego sem contrato

legal de trabalho. Nas duas definições o fator comum é atuação à margem da regulação do Estado, em relação às empresas isto significa sonegação, para os trabalhadores significa o desempenho de atividades fora das regras da legislação trabalhista.

Para Cacciamali (1982) um passo importante na busca por uma maior precisão da conceituação de tal Setor é o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre emprego e renda no Kenya. Na busca por uma maior clareza conceitual, Melo e Telles (1999) trazem a definição adotada na 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho (OIT) em 1993, na qual se optou por conceituar o setor informal a partir de unidades econômicas de produção e não do trabalhador individual. A partir desta definição entende-se o setor informal como sendo formado por “...unidades produtivas de baixa capitalização, produzem em pequena escala, sem acesso a crédito e quase inexistente a separação entre capital e trabalho enquanto fatores de produção.” (MELO E TELLES, 1999) O critério deixa de ser a existência ou inexistência de registro, passando a ser definidor o modo de organização e funcionamento da unidade econômica. Para Cacciamali (1982) a diferenciação dos Setores Formal e Informal está vinculada ao modo de organização da produção.

Dentro desta linha de pensamento, o setor informal seria caracterizado pela não diferenciação nítida entre posse dos meios de produção e posse da força-de-trabalho. Logo, o produtor direto reúne em si mesmo a figura do patrão e de empregado - sendo incluída a possibilidade de empregar familiares e/ou ajudantes (inclusive assinando a carteira de trabalho); sempre participando do produzir e efetuando o gerir. Nesse caso, a sua receita está subordinada ao mercado de bens e serviços - e não ao mercado de trabalho. Conseqüentemente, este setor abarca a produção mercantil simples; a qual não segue a lógica capitalista de processo de acumulação ou a taxa de retorno competitiva, mas sim a de maximização do fluxo de renda total gerado pela atividade, de modo que possibilite a reprodução do produtor e de sua família, e em segundo lugar, continuação da atividade (CACCIAMALI, 1991). Este setor abrangeria, então, os trabalhadores por conta própria e as pequenas empresas, familiares ou não. (MELO e TELLES, 1999)

Moretto (2001) atribui a origem do termo setor informal ao Programa Mundial de Emprego da OIT do final da década de 60, quando se constatou que grande parte da mão-de-obra excedente não estava desempregada e sim trabalhando em organizações de pequena escala.

Segundo Alves (2003) na década de 70 o conceito de setor informal foi incorporado nas análises dos países latino-americanos através do Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC). Aqui o mesmo era compreendido como complementar ao setor formal, já que absorvia o excedente de mão-de-obra deste último. O setor informal nesta concepção é formado por atividades de baixo nível de produção, trabalhadores independentes e pequenas empresas.

Apesar do termo ter sido utilizado somente no final da década de 60 do século XX, o setor informal não é um fenômeno que pode ser considerado novo ou que tenha surgido neste período. Segundo Singer (2000) na verdade ele data dos primórdios da Revolução Industrial. Este mesmo autor lembra que em *O Capital*, Marx chama esta condição de trabalho de “Diversas Formas de Existência da População Relativamente Excedente”. Os trabalhadores informais são entendidos como relativamente excedentes porque momentaneamente excedem as necessidades do capital, o que não quer dizer que sejam desnecessários a ele. Como constatou a pesquisa da OIT, eles não formam um exército de reserva, já que diferente dos desempregados, que vivem do seguro desemprego ou de outras fontes e que dedicam seu tempo à busca de um novo emprego, eles desistiram de procurar emprego e buscam outras formas para se manterem. O setor informal pode ser entendido como “[...] um segmento que sempre existiu, que ocorre em todo lugar, ainda que em diferentes formas, e que tende a se expandir em meio às crises do sistema capitalista e dos seus reflexos na estrutura ocupacional.” (MORETTO, 2001, p.107)

Para Cacciamali (1982) o setor informal é constituído tanto por atividades que proporcionam rendas relativamente altas e boas condições de trabalho, como por atividades que tem como objetivo a sobrevivência. No primeiro conjunto de atividades estão os profissionais liberais, os pequenos comerciantes e os prestadores de serviços técnicos. Este

grupo de trabalhadores presta serviços qualificados, possuem mercados cativos e/ou tem como público alvo pessoas com altos níveis de rendimento. O segundo grupo do setor informal é composto por atividades precárias, instáveis e ocasionais. Nessas geralmente se obtém baixos rendimentos, as mesmas costumam ser realizadas por trabalhadores com baixa qualificação. A autora chama atenção para o fato de que a existência no setor informal de trabalhadores com baixos níveis de renda, em alguns casos eles até são a maioria, não quer dizer que esta condição de trabalho seja encontrada apenas neste setor.

A concepção mais geral que se tem do setor informal, segundo Moretto (2001), é de que ele é composto por atividades desenvolvidas sem considerar as leis ou os procedimentos usuais e que ocorrem em condições de precariedade. Esta concepção traz duas idéias falsas para este autor, primeiro a de que o enquadre legal das atividades resolveria os problemas de desenvolvimento e segundo que precariedade é exclusividade do setor informal. Na mesma perspectiva, Alves (2003) chama a atenção para a presença do setor informal no formal, isto ocorre quando trabalhadores deste último não recebem horas extras, quando trabalham nas horas de folga, quando não tem suas condições de segurança atendidas, ou seja, estas situações também estão à margem da legislação. Este setor precisa ser compreendido como parte da reprodução da sociedade capitalista, não como um espaço marginal ou como uma disfunção do processo de acumulação.

Ao se trabalhar com este tema é necessário considerar a existência de diferentes formas do setor informal. A simples diferenciação setor formal e informal não consegue contemplar a complexidade desta realidade, onde existem setores distintos qualitativamente. Ao ignorar esta complexidade as pesquisas acabam por não considerar alguns dos aspectos deste setor, entre eles: a entrada no mesmo nem sempre é um processo fácil; os salários não são uniformemente mais baixos que os do setor formal; os trabalhadores deste setor não são a principal fonte de recrutamento do setor formal e nem todos os trabalhadores que atuam no mesmo o fazem por falta de opção, alguns escolhem esta condição de trabalho. A não consideração destes dados é um dos fatores que acaba fazendo com que o setor informal seja diretamente ligado à precariedade e a pobreza, entretanto, estas são apenas duas de suas muitas faces.

Para Cacciamali (1982) o trabalho por conta-própria pode, em muitos casos, ser a aspiração de trabalhadores assalariados, pois esta condição de trabalho pode ser vista como a possibilidade de se libertar de patrão e de horários rígidos. Este setor é constituído também por trabalhadores que desejam e conseguem escapar do modelo de produção capitalista. Segundo esta autora, para manter-se neste setor é preciso liderança, criatividade e até agressividade, é o dia a dia que vai possibilitar a este trabalhador desenvolver capacidade para permanecer no mesmo.

Em seu trabalho sobre as formas contemporâneas do trabalho informal Alves (2003) divide os trabalhadores informais em três categorias:

- 1) trabalhadores informais tradicionais: sendo estes os que vivem de sua força de trabalho e em alguns casos incorporam força de trabalho familiar, raramente conseguem acumular capital, obtendo somente o necessário para se manterem;
- 2) trabalhadores assalariados sem registro: estes, em geral, são contratados à margem da legislação trabalhista, não contribuem com a previdência social e, conseqüentemente, não há interesse de sindicatos e órgãos políticos em defender seus direitos; e
- 3) trabalhadores por conta própria: há várias conceituações para estes trabalhadores, elas vão desde a definição de simples produtores de mercadoria até as formas de subcontratação pelas grandes empresas.

Os trabalhadores informais tradicionais podem ter condições de trabalho mais estáveis, quando possuem meios de produção e/ou um mínimo de conhecimento técnico, e também instáveis, quando possuem ocupações eventuais e que geralmente exigem pouca qualificação. Esses últimos costumam ser contratados para empreitadas eventuais dependendo do ciclo de produção ou acúmulo momentâneo de trabalho. Quase sempre são mal remunerados. (Alves, 2003)

Entre os trabalhadores por conta própria podemos falar de um grupo que não possui meios de produção e de um outro formado pelos pequenos proprietários. Esses últimos têm

os meios de produção e sua situação é quase sempre regulamentada, em alguns casos, contam com empregados assalariados para auxiliarem a exercer suas atividades.

O processo de reestruturação produtiva diminui as chances de reinserção profissional de profissionais demitidos. Esses, por sua vez, são obrigados a buscar novas formas de inserção no mercado de trabalho, ficando responsáveis por assumir os encargos, de realizar as atividades em seus domicílios ou escritórios e utilizar seus próprios meios de produção. Neste grupo estão os trabalhadores atualmente considerados independentes (por conta própria, autônomos e pequenos empresários), o que também pode ser entendido como precarização das condições de trabalho. E se nos anos 80, do século XX, esta realidade afetava mais as áreas ligadas diretamente à produção, atualmente atingem também os cargos mais especializados.

A diversificação e complexificação do setor informal são aspectos significativamente positivos para o capital, visto que a heterogeneidade das atividades individualiza os trabalhadores e os torna cada vez mais fragilizados o que dificulta a criação de estratégias coletivas de resistência.

O Setor Informal, que já foi considerado intersticial na década de 80 do século XX, agora se transforma em novas formas de exploração do capital. Nos anos 90 do mesmo século, tradicionais atividades deste setor mesclaram-se com outras formas precárias de trabalho, para atender as exigências da reestruturação produtiva. Para Alves (2003) a expansão das atividades informais é indicativa de uma tendência de precarização e desregulamentação das relações de trabalho.

O processo de produção capitalista, através da intensificação da precarização do trabalho, cria, rompe e reestrutura as atividades informais dando origem a novas formas ainda em andamento. Observamos a tendência de informalização das relações de trabalho, em que os direitos sociais estão sendo eliminados para atender a flexibilização do mercado de trabalho imposta pela lógica do capital e isso tem implicado em aumento dos trabalhadores informais. (ALVES, 2003, p. 12)

Estudos feitos nas décadas de 60 e 70 do século XX, mostraram que o setor informal absorvia de 20 a 60% do emprego urbano em diferentes países e que as políticas dos Estados estavam mais voltadas para o setor formal, já que o informal era tido como marginal ou residual ao primeiro. Estas políticas tratavam o setor informal como última alternativa para os trabalhadores e centravam-se em formas de reduzi-lo gradualmente. No início da década de 90 ocorreu uma mudança nesta postura, o setor informal passou a ser visto como alternativa para a redução do desemprego, o que levou os Estados a criarem incentivos para micro e pequenas empresas e para o auto-emprego. Alves (2003) aponta que é neste período que o setor informal deixa de ser entendido apenas como uma alternativa ao setor formal. A informalidade passou a ser vista como parte do processo de reprodução social.

Moretto (2001) mostra, com base em dados da OIT, que na América Latina houve, entre 1980 e 1995, um crescimento de 3,6 pontos percentuais do setor informal, o mesmo deu-se em grande parte devido ao crescimento de 1,9 % do emprego autônomo e de 1,5% das pequenas empresas. O que certamente foi um dos fatores da mudança de postura do Estado frente a este setor.

Apesar de estar à margem do sistema capitalista, o setor informal é, além de uma alternativa ao desemprego e aos outros desequilíbrios sócio-econômicos, uma possibilidade de desenvolvimento de uma economia paralela, hoje indispensável para o crescimento dos grandes centros.

Para Alves (2003) as explicações tradicionalmente utilizadas para definir o setor informal (ausência de carteira de trabalho assinada, categoria ocupacional e forma de realização do trabalho) não contemplam as atuais transformações do mercado de trabalho. O setor formal e o informal estão imbricados, e a simples diferenciação dos mesmos não consegue contemplar a complexidade de tal condição de trabalho. Na busca por um termo mais adequado para esta situação a autora utiliza Informalidade, que é mais abrangente e engloba o setor informal.

A informalidade pode ser identificada como uma combinação de atividades informais tradicionais com novas formas de trabalho precário sem contrato de trabalho formalizado, visando atender às exigências da reestruturação produtiva do capital. A expansão dessas atividades é o indicador da intensificação da precarização e desregulamentação das relações de trabalho. (ALVES, 2003, p. 3 e 4)

A definição apresentada por Alves (2003), informalidade, como um conceito mais amplo e que contempla o setor informal, será a conceituação utilizada nesta pesquisa. Tal escolha ocorreu em virtude dos participantes apresentarem distintas realidades de trabalho, alguns trabalham em diferentes locais e não possuem registro como autônomo, nem recolhem INSS, outros têm registro como autônomo e recolhem INSS e um único sujeito trabalha de forma assalariada, mas sem registro formal de trabalho. Assim, a compreensão aqui utilizada é de que os participantes da pesquisa são trabalhadores em situação de informalidade.

A informalidade não é um processo que ocorre de maneira única, cada país, com suas características próprias, vivência esta realidade de maneira distinta. E no Brasil, como tem sido este processo? Na seqüência buscamos apresentar dados referentes à situação brasileira no que se refere à informalidade.

2.4 - Informalidade no Brasil

O sistema de seguridade e proteção social, vigente no Brasil, foi criado para atender as necessidades do modelo fordista, assim, precisaria ser alterado para atender às circunstâncias contemporâneas. Para Cacciamali (1999), no Brasil as redes de proteção social para os mais pobres sempre foram às comunitárias e familiares, porém, para os mais ricos não, visto que a aposentadoria e o sistema de saúde funcionavam razoavelmente bem até a década de 80.

Segundo Alves (2003) no início da década de 80, a informalidade cresceu nas médias e grandes cidades do Brasil. Esta realidade passou a englobar um conjunto

heterogêneo de trabalhadores, sendo o mesmo constituído por aqueles que contribuem para a previdência e atuam como autônomos e também por uma parcela sem benefícios sociais e que trabalha em diferentes espaços urbanos.

Cacciamali (1999) aponta o fato do setor informal no Brasil ser um fenômeno bem anterior à crise que o mundo vem passando. Nunca existiu um modelo social abrangente, a maior parte da população brasileira sempre viveu dentro de processos informais. No final do século XIX existiam quatro legislações trabalhistas: uma para a mão-de-obra escrava, outra para a mão-de-obra liberta, outra para a mão-de-obra migrante e uma última para trabalhadores independentes.

Entre as décadas de 50 e 70 do século XX, houve uma intensa migração para o meio urbano. A mão-de-obra que vinha para as cidades nesta época conseguia colocações de carteira assinada, a informalidade não era um problema grave. A pobreza era o grande problema, porém, nas ações do governo federal nem sempre havia uma preocupação com as questões regionais. As propostas vinham prontas para o país como um todo e na maior parte das vezes não minimizavam os efeitos desta.

Segundo Cacciamali (1999), com a crise dos anos 80 do século XX, surgiram fenômenos diferentes: o assalariamento sem carteira assinada, o crescimento do trabalho por conta própria e a elevação da taxa de desemprego. Nesta década o Brasil viveu um período de elevada instabilidade, ao final da mesma o país vivia dificuldades em relação aos níveis de produtividade, mas, ao mesmo tempo, havia poucos problemas em relação ao emprego. Isto ocorria porque as reformas e a reestruturação produtiva eram ainda muito lentas no país. Porém, nos anos 90 do mesmo século, ocorreu uma explosão dos problemas que não foram atacados na década anterior. Houve uma abertura comercial irrestrita e sem planejamento, o Estado não conseguia mais responder às demandas sociais, além de ter que lidar com os problemas da reestruturação produtiva e da modernização.

O quadro, que se configurou no Brasil na década de 90 do século XX, aumentou de maneira relevante o número de ocupações informais, segundo Moretto (2001), com base na

Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre junho de 1989 e dezembro de 1999, nas regiões metropolitanas do Brasil, o número de assalariados sem registro em carteira subiu de 18,4% para 26,9% e o número de empregados por conta própria foi de 17,7% para 23,5%. Em Santa Catarina, segundo dados do jornal Diário Catarinense de 24 de agosto de 2003, existem 394 mil pessoas atuando na informalidade. Na mesma matéria chama-se a atenção para o fato de que este número pode ser bem maior, visto que a última pesquisa sobre o setor informal em nível nacional foi realizada pelo IBGE em 1997. No site do IBGE havia uma previsão de que um novo estudo sobre o tema seria realizado em 2002, entretanto os dados mais atuais sobre tal setor ainda são os do ano de 1997.

A pesquisa a que se refere o jornal é sobre a Economia Informal Urbana (ECINF), como já citado, foi realizada em 1997 pelo IBGE. A mesma abrangeu todos os domicílios situados em áreas urbanas no Brasil. O objetivo era identificar os proprietários de negócios informais, sendo assim considerados os trabalhadores por conta própria e os pequenos empregadores, tanto os que atuam em seu domicílio quanto fora dele. A definição de setor informal é a da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho promovida pela OIT em janeiro de 1993 (já apresentada no primeiro tópico sobre informalidade). Assim, a ausência de registro não foi utilizada como principal critério para caracterizar o setor informal. Para operacionalização da pesquisa decidiu-se por definir como pertencentes ao setor informal “...as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até 5 empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias.” (IBGE, 1997). O número de trabalhadores pesquisados na ECINF foi um recorte arbitrário, visto que o caráter informal não é dado pelo mesmo e sim pela divisão técnica e social do trabalho. Não foram contemplados nesta pesquisa os domicílios rurais e a “população de rua”.

Na ECINF trabalhou-se com as seguintes posições nas unidades de produção:

- Trabalhador doméstico: pessoa que presta serviço doméstico remunerado em um ou mais domicílios;

- Empregado: pessoa que exerce atividade remunerada e com jornada de trabalho definida para pessoa física ou jurídica;
- Empregador: pessoa que trabalha em seu próprio empreendimento e que tenha pelo menos um empregado;
- Trabalhador por conta própria: pessoa que trabalha sozinha ou com sócio em seu próprio empreendimento sem ter empregado e contando ou não com auxílio de trabalhador não-remunerado; e
- Trabalhador não remunerado: pessoa que trabalha sem remuneração pelo menos uma hora na semana em auxílio a outro membro domiciliar.

Os resultados da ECINF mostraram que, em outubro de 1997, existiam 9477973 empresas informais no Brasil, estas ocupavam 12870421 pessoas, entre os quais trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores, empregados com e sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores não remunerados. Deste número de empresas oitenta e seis por cento (86%) eram de trabalhadores por conta própria, ou seja, não empregavam outro trabalhador. Em sessenta e sete por cento (67%) dos casos as atividades eram desenvolvidas fora do domicílio do trabalhador. Oitenta e sete por cento (87%) destas empresas não possuíam constituição jurídica e noventa e um por cento (91%) delas funcionavam todos os meses do ano.

Referente às pessoas ocupadas nas empresas do setor informal a ECINF mostra que 67% delas eram trabalhadores por conta própria, 12% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 7% trabalhadores com carteira assinada e 4% não-remunerados.

O sexo masculino predominou na maioria das categorias, sendo 64% destes trabalhadores do sexo masculino. Com relação à escolaridade, o primeiro grau incompleto era o nível de instrução de 45% destes trabalhadores. Referente a jornada de trabalho 46% dos trabalhadores trabalhavam mais de 40 horas por semana e 81% deles trabalhavam de 21 a 30 dias no mês.

Um dado relevante trazido por esta pesquisa refere-se à relação entre nível de instrução e rendimento obtido, em geral, o nível de rendimento cresce à medida que aumenta o nível de instrução. A única exceção é referente aos trabalhadores com segundo grau incompleto que ganhavam menos que os com primeiro grau completo. Com relação ao nível de instrução primeiro grau completo foi o nível de instrução predominante, 26% dos trabalhadores informais tinham nível superior ou segundo grau completo.

Referente ao motivo de saída do último emprego antes do ingresso no setor informal, 30% dos homens afirmou que foram dispensados, já das mulheres, trinta e oito por cento apontaram motivos pessoais e/ou familiares. Dos trabalhadores pesquisados apenas 10% tinha mais de um emprego.

A partir das reflexões teóricas e dos dados apresentados é possível verificar o vulto e a importância da informalidade no mundo contemporâneo do trabalho. Com isto podemos partir para o próximo capítulo, onde serão explanadas as concepções de identidade adotadas nesta pesquisa e a influência da informalidade nas mesmas.

3 IDENTIDADES

Neste capítulo apresentaremos algumas concepções teóricas da categoria identidade, em um segundo momento buscaremos relacioná-las com o trabalho, mais especificamente, com aquele desenvolvido no setor informal.

3.1 CONCEPÇÕES SOBRE A IDENTIDADE

Decidir pelo uso do conceito “identidade” é decidir também por fazer uma explanação sobre o próprio conceito, não apenas na tentativa de defini-lo, mas utilizá-lo como base para um trabalho acadêmico. É preciso ter claro de onde se parte, ou seja, que fundamentos teóricos embasam este conceito, que visão de homem o norteia e principalmente de que “identidade” se está falando.

Para Santos (1996), a preocupação com a identidade não é algo novo, a modernidade nasce dela e com ela. A importância dada ao estudo da identidade variou ao longo da história do conhecimento humano. Tal processo foi orientado pela relevância dada à individualidade e às expressões do eu. Na antiguidade clássica, com uma acentuada valorização da vida individual, este conceito ganhou destaque. Porém, com o advento da influência do cristianismo e do corporativismo feudal, o mesmo sofreu um acentuado declínio. Os historiadores tratam a descoberta da individualidade como um fato ocorrido nos séculos XI, XII e XIII. O romantismo, influenciado pelo protestantismo e pelas formas capitalistas de produção, aumentou a importância dada ao egocentrismo e à introspecção, o reflexo foi um aumento significativo dos estudos sobre o tema identidade. (Jacques, 1998)

Segundo Hall (2004) as identidades que estabilizavam o mundo social estão em declínio e o indivíduo moderno, até então visto como unificado, está sendo fragmentado. Este processo é parte de uma mudança mais ampla que tem abalado as estruturas e os processos centrais das sociedades modernas no final do século XX. As referências de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade estão estremecidas. Tal fato tem afetado também os sujeitos individuais e a concepção integrada que temos de nós próprios, com isto as referências que ancoravam os indivíduos ficaram abaladas.

Esta perda de um sentido de si estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma crise de identidade para o indivíduo. (Hall, 2004, p. 9)

Hall (2004) trilha a direção contrária das idéias essencialistas ou fixas de identidade, o que segundo ele, desde o iluminismo, supõe-se ser a essência do ser e fundamenta a existência dos sujeitos humanos. Este autor apresenta três concepções distintas de identidade: a do sujeito do iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno.

No iluminismo a concepção do sujeito era de um indivíduo totalmente centrado e unificado, sendo dotado de razão e consciência e possuidor de um núcleo interior que emergia assim que ele nascia. Este núcleo se desenvolvia, mas permanecia essencialmente idêntico ao longo da existência do indivíduo. A identidade da pessoa era o seu centro essencial.

A noção de sujeito sociológico é resultado da complexidade do mundo moderno, a idéia de um núcleo interior e autônomo é quebrada, o sujeito passa a ser entendido como se constituindo na relação com outras pessoas que mediam para ele os valores, sentidos e símbolos do mundo em que habita. Nesta concepção, que se tornou clássica na sociologia, a identidade é formada na interação entre o indivíduo e a sociedade. Ainda existe a idéia de um núcleo interior, mas este é modificado na interação com o exterior. A identidade, nesta concepção, preenche o espaço entre o interior e o exterior. Os sujeitos projetam-se nestas identidades e ao mesmo tempo internalizam seus significados e valores, assim alinham os sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupam no mundo social. “A identidade então, costura (...) o sujeito à estrutura. Estabilizam tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.” (Hall, 2004, p. 12)

As mudanças estruturais e institucionais têm causado um colapso nas paisagens sociais e, conseqüentemente, nas identidades que conformavam a subjetividade do sujeito

com as necessidades objetivas da cultura. O que tornou o processo de identificação, pelo qual o sujeito se projeta nas identidades culturais, provisório e problemático.

O sujeito pós-moderno, que surge desta situação fragmentada, é concebido como não tendo uma identidade fixa. Ela é móvel, sendo transformada constantemente, é definida historicamente e não biologicamente. Há, dentro dos sujeitos, identidades distintas e contraditórias, suas identificações são continuamente deslocadas. A identidade unificada e coerente é uma fantasia. A multiplicação dos sistemas de significação e representação coloca os sujeitos diante de um enorme e desconcertante número de identidades possíveis, com as quais poderiam se identificar ainda que temporariamente.

Para Hall (2004) as sociedades da contemporaneidade são interpeladas por distintos antagonismos sociais, estes criam um grande número de posições-de-sujeito para os indivíduos. Essas são as possibilidades de ser sujeito nestas sociedades. Os diferentes elementos e identidades desta realidade podem ser articulados, mas esta articulação é sempre parcial, isto é, a estrutura identitária permanece sempre aberta.

As contradições da modernidade tardia atuam tanto na sociedade, atravessando os grupos políticos, quanto nos indivíduos. Não se pode mais falar de uma identidade singular que seja suficientemente abrangente e alinhe as diferentes e possíveis posições-de-sujeito.

As paisagens políticas da modernidade tardia são fragmentadas por identificações rivais, oriundas do surgimento de novas possibilidades definidas por novos movimentos sociais. As identificações não são automáticas, elas podem ser ganhas e/ou perdidas, este é um processo politizado e às vezes descrito como uma mudança da política da identidade para a da diferença.

Segundo Hall (2004) dizer que as identidades eram unificadas e que agora se tornaram fragmentadas é simplificar a história do sujeito moderno. Para ele na modernidade surgiu uma nova concepção de sujeito e de identidade, o que não significa que antes as pessoas não eram indivíduos, significa sim que a individualidade era vivida e conceituada

de maneira distinta. Antes se acreditava que as estruturas que apoiavam a construção dos indivíduos eram estabelecidas divinamente e assim não podiam ser modificadas. O Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII rompem com esta concepção. Os teóricos que sustentam que as identidades estão sendo fragmentadas afirmam que o que aconteceu com a noção do sujeito na modernidade tardia não foi apenas uma desagregação, e sim um deslocamento ocasionado por uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno.

Lago (1999) apresenta uma outra possibilidade de compreensão das identidades na contemporaneidade. Para esta autora vê-se atualmente uma fragmentação dos projetos de sociedade e uma exacerbação das identidades de grupos que competem por espaços e bens materiais, mas não se pode falar de um sujeito que possua múltiplas identidades.

Podemos tão somente supor que, na condição pós-moderna, o processo de construção de identidade pelos sujeitos particulares, que devem lidar com a fragmentação, com a multiplicidade de significações e organizações das sociedades complexificadas, mantendo um mínimo de unidade interna imaginária, deva ser, talvez, uma tarefa bem mais penosa que aquela exigida de sujeitos que se constituíram/constituem nas chamadas sociedades menos complexas, em tempos/condições diferentes. (LAGO, 1999, P.123, 124)

Segundo Lago (1999) a identidade pode ser entendida como uma construção imaginária, através da qual o sujeito se compreende como um “eu” e busca dar coerência a esta compreensão. Esta construção busca contemplar as contradições do sujeito, tentando organizá-las em uma história unitária, que se remete a um passado e está relacionado ao presente e às expectativas futuras. “Identidade não é algo acabado, com o peso constituinte, mas, enfatizamos, uma construção imaginária, em permanente processo de significação, de reelaboração, de investimento em novas identificações e novas significações.” (p.123)

Já em consonância com as reflexões apresentadas por Hall, surge na psicologia social uma possibilidade de compreensão das identidades, sendo esta pautada nos Estudos Culturais. Para essa perspectiva teórica as identidades são entendidas como constituídas em redes discursivas, são fixações em posições na linguagem, construídas a partir da diferença, identidade e diferença são vistas aqui como produtos do discurso e da cultura, sendo que as duas se constituem de maneira simultânea uma em relação à outra. Só é possível aprender uma a partir da outra. (Bernardes e Hoenisch, 2003). Não se pode falar de uma positividade (identidade) do ser sem relacioná-la ao que é da ordem do não ser. A diferença é o contramovimento, ela tende a desestabilizar as naturalizações das identidades.

Bernardes e Hoenisch (2003), falam de posições-de-sujeito, nas quais expressam-se as forma como nos tornamos alguém em uma composição de grupo, etnia, raça, gênero, família ou profissão. Nesta perspectiva teórica as identidades são entendidas como tais posições, sendo que estão em uma rede discursiva, em uma trama social e cultural, são fluidas e não se prendem a diferenças permanentes. As posições que o sujeito assume e com as quais se identifica só são possíveis quando submetidas aos discursos e práticas de significação.

Compreendendo as identidades como construções lingüísticas pode-se dizer que os discursos além de descreverem algo, fazem com que este algo se efetive, se transforme, ou seja, produzem as identidades de que se fala. As identidades são construções históricas e culturais, portanto, construídas em redes de discurso, mas isto não quer dizer que não tenham materialidade, já que ocorrem em cima de condições concretas. Entretanto, é preciso ressaltar que há uma imanência entre a realidade e os sentidos produzidos no discurso. Este plano de imanência é a superfície onde se inscrevem as identidades, que só podem ser compreendidas no discurso e produzidas a partir das significações.

Nos Estudos Culturais as identidades são um modo de inscrição em uma rede discursiva, mas não é suficiente apenas que o sujeito se inscreva na mesma, faz-se necessário que tal inscrição torne-se uma maneira de constituir um si, através da qual o sujeito se reconheça como tal. Ou seja, não basta que o sujeito seja interpelado e se

identifique com marcas identitárias, é necessário que ele as experimente em si mesmo e se reconheça em tais marcas.

No campo da Psicologia existem outras compreensões de identidade, inicialmente este tema foi contemplado pela Psicologia Analítica do Eu e pela Cognitiva. Sendo comum caracterizá-la, em tais propostas, como estágios de desenvolvimento gerados pela socialização, nos quais ocorreria gradativamente um aumento crescente da autonomia. Para Jacques (1998), a terminologia utilizada nestes estudos sugere uma forma abstrata e a-histórica de conceber a identidade. Na Psicologia Social esta questão mereceu atenção especial nos estudos de William James e do Interacionismo Simbólico. Passado um período de poucos avanços, o tema voltou a ser abordado em trabalhos sobre relações intergrupais, diferenciação social e identidade marginal.

Os princípios arraigados na tradição teórica sobre o estudo da identidade estão sendo questionados, especialmente os que se pautam nas perspectivas naturalistas, essencialistas e maturacionistas. Ciampa (1998) é um dos autores que questiona tais aspectos. Ele traz uma proposta de compreensão da identidade como uma metamorfose constitutiva do sujeito. Essa metamorfose não é vista como um processo natural, como a da borboleta, trata-se de um processo histórico-social. No campo da sociologia também já é possível encontrar este entendimento. Santos (1996), por exemplo, apresenta uma idéia semelhante ao propor que a identidade não é rígida, nem imutável. Ao contrário, para este autor ela é resultado de processos transitórios de identificação. “Identidades são, pois, identificações em curso.” (SANTOS, 1996, p.135)

Jacques (1998) traz que diferentes abordagens teóricas utilizam-se de expressões distintas para se referir ao termo identidade, para ela tal fato reflete a dificuldade de abarcar a complexidade deste termo. Frente a esta dificuldade é usual subdividir a identidade em social e individual. Mas, para esta autora, tal dicotomia é falsa, visto que o indivíduo é ao mesmo tempo personagem e autor de uma história que ele constrói e pela qual é construído, ou seja, o indivíduo tem papel ativo na construção da realidade tanto através de sua inserção na mesma, quanto por meio da apropriação desta. Tal dicotomização é costumeira

é traz a idéia de que existam duas identidades diferentes o que acaba reafirmando a divisão indivíduo-sociedade. Lago (1999) se reporta às concepções psicanalíticas para questionar esta dicotomia, pois nesta compreensão sujeito é constitucionalmente cultural. “A cultura não é internalizada pelo indivíduo que, nesse processo se socializa. Ela significa, constitui (processo inconsciente) o sujeito (desde sempre cultural) que, nesse processo, se particulariza.” (p.122)

A identidade tem sido apresentada como traços que o indivíduo reconhece como fazendo parte dele. Pode-se dizer que se trata da imagem que o sujeito tem de si, porém Jacques (1998) alerta para o fato de que esta se refere a um objeto ausente, o si mesmo. Assim, a identidade pode ser entendida como um conjunto de compreensões apresentadas frente à pergunta: quem és?

Segundo o dicionário Larousse Cultura (1992) identidade é “(...) 2.Característica, caráter permanente e fundamental que distingue um indivíduo ou grupo dos outros. (...) 4. Conjunto de caracteres e dados próprios e exclusivos de uma pessoa (nome, sexo, filiação etc.)” A etimologia dessa palavra remete ao idem, ou mesmo ao que não muda. Tal idéia não contempla a processualidade que é norteadora da compreensão utilizada neste estudo. O uso da categoria identidade implica aqui na busca pelo processo, sempre inacabado, de identificações, que não é necessariamente a admiração pelo igual, visto que pode representar o desejo de ser diferente. Além de procurar contemplar a complexidade de tal categoria onde permanência e mutação coexistem.

Considerar-se aqui a característica deste conceito que comporta em si a qualidade do que é igual, mas ao mesmo tempo refere-se aos aspectos do indivíduo que o fazem diferente dos outros. “Assim, a identidade é o reconhecimento de que um indivíduo é o próprio de que se trata, como também é unir, confundir a outros iguais. [...] A pluralidade humana tem o duplo aspecto da igualdade e da diferença.” (JACQUES, 1998, p.164)

Para Jacques (1998), a compreensão do conceito de identidade, que rompe com as perspectivas naturalistas, articula aspectos ditos contraditórios: individual/social;

estabilidade/mutação, igualdade/diferença. Além de entendê-la como construída nas relações sociais a partir da inserção do indivíduo em sua realidade e através das atividades desenvolvidas por este.

A identidade é apreendida,[...], através da(s) representação (ões) de si em resposta à pergunta quem és. Esta representação não é uma simples duplicação mental ou simbólica da identidade mas é resultado de uma articulação entre a identidade pressuposta (derivada, por exemplo, do papel social), da ação do indivíduo e das relações nas quais está envolvido concretamente. (JACQUES, 1998, p.165)

Maheirie (2002) traz a idéia de que a identidade é construída através da oposição, dos conflitos e das negociações, sendo criadas pelos próprios sujeitos e desenvolvidas em um processo sempre aberto. Segundo a mesma autora, na Psicologia Social há perspectivas que trabalham com o conceito de identidade a partir de uma visão dialética. “Nesta perspectiva, diferença e igualdade surgem como a base deste conceito, compreendidas pelo movimento do igualar-se e do diferenciar-se dependendo dos diversos grupos que, ao longo da vida, vamos fazendo parte [...]” (MAHEIRIE, 2002, p.40) Desta forma, identidade jamais pode ser compreendida como estática, já que, é uma infindável construção de si em movimentos contraditórios.

Santos (1996) traz um aspecto fundamental do conceito aqui tratado, para ele, identidade é uma categoria política. Ela envolve questões de poder e tem caráter disciplinador nas relações, já que nos permite transformar, seja enquanto indivíduo, seja enquanto grupo, o outro em estranho ou em igual. Ela serve como defesa de um grupo ou indivíduo perante a ameaça do outro, mas é uma defesa semifictícia.

Sabemos também que as identificações, além de plurais, são dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções. Quem pergunta pela sua identidade questiona as referências hegemônicas mas, ao fazê-lo, coloca-se na posição do outro e, simultaneamente, numa situação de carência e por isso de subordinação. [...] A questão da identidade é assim semifictícia e seminecessária. Para quem a formula, apresenta-se sempre como uma ficção necessária. Se a resposta é obtida, o seu êxito mede-se pela intensidade da consciência de que a questão fora, desde o início, uma necessidade fictícia. É, pois, crucial conhecer

quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados. (SANTOS, 1996, p.135)

Ainda trabalhando este aspecto, Santos (1996) traz a negação de identidades que não correspondam às que são hegemônicas por se desviarem das normas da fé e do mercado, além de não seguirem a lei do Estado. Aqui fica clara a importância do discurso jurídico que serve como base para “descontextualizar e conseqüentemente negar a subjectividade do outro no mesmo processo em que a designa e a avalia à luz de critérios pretensamente universais.” (SANTOS, 1996, p. 139). Na mesma direção desta proposta Coutinho (2000), partindo de Sainsaulieu, traz a conquista da identidade como sendo uma vitória nas relações sociais cotidianas.

Para Santos (1996), as buscas teóricas para recontextualizar as identidades devem se concentrar nos campos de confrontação em que as identidades são criadas e negadas, além de considerar as especificidades dos movimentos de globalização do capital e de não buscar a criação de teorias universais. “(...) não poderemos ignorar que é neste mundo caracterizado pelo pluralismo moderno e pela crise de sentido que hoje está se dando a formação e transformação da identidade ...”.(Ciampa, 1998 p. 99).

A compreensão adotada nesta pesquisa é a de que é no contexto sócio-histórico em que o indivíduo vive que lhe são apresentadas possibilidades para a construção de sua identidade, ou reportando aos estudos culturais e as concepções apresentadas por Lago (1999) é na cultura que o sujeito se constitui e conseqüentemente constrói essa imagem mental que ele compreende como sendo um “eu”. A identidade é tratada aqui de forma contrária a da idéia da existência de uma essência imutável, ela é compreendida em sua processualidade. Como diz Santos (1996) são identificações em curso. Segundo Maheirie (2002) este processo de construção das identidades não ocorre de maneira linear, na verdade se dá através da oposição, dos conflitos e das negociações.

Considerando o atual momento histórico, a condição pós-moderna ou a contemporaneidade, e sua noção de sujeito, fragmentado, compreende-se aqui a construção da identidade de acordo com as reflexões teóricas apresentadas por Lago (1999). Ou seja, o

indivíduo tem sim que lidar com a fragmentação e a multiplicidade de significações, mas não se pode falar que ele possua múltiplas identidades, ele mantém um mínimo de unidade interna imaginária, ainda que atualmente esta tarefa seja mais difícil que em outros tempos.

Como já foi dito no capítulo anterior, a crise enfrentada pelo sistema capitalista de produção tem gerado novas e distintas formas de trabalho. Sendo que estas têm como marca principal a precarização das relações e condições de trabalho. A informalidade apresenta estas marcas como uma de suas principais características, o que não quer dizer que as mesmas não existam no setor formal. Este cenário apresenta um trabalho fragmentado, são múltiplas as formas de inserção em tal realidade. As atividades laborais, muitas vezes, são temporárias e exigem um trabalhador que se adapte a cada nova empreitada. Como apresentado por Lago (1999), a construção de uma identidade frente a estas múltiplas possibilidades é uma tarefa complexa. Esta pesquisa teve como foco principal conhecer como os trabalhadores informais, que vivenciam estas múltiplas possibilidades de inserção no mundo do trabalho, estão enfrentando esta tarefa complexa e construindo uma imagem de si mesmos. No próximo tópico buscaremos elucidar as relações entre identidade e trabalho, para em seguida buscar uma compreensão sobre as mesmas nas especificidades da informalidade.

3.2 IDENTIDADE E TRABALHO

Coutinho (1999) afirma que apesar das transformações do mundo capitalista o trabalho continua sendo uma categoria fundamental para o entendimento de vários fenômenos sociais, entre eles a identidade. A autora afirma ainda que estudar as identidades dos sujeitos que trabalham nos leva a questionar também o papel do trabalho na construção destas.

Segundo Codo et. al. (1993), é por meio do trabalho que o homem realiza a si mesmo, através dele o sujeito se conforma, ao mesmo tempo em que transforma o ambiente, nas vias de produção ele se confirma. Estes autores trazem ainda a idéia de que é

a produção que possibilita a construção de uma individualidade, assim, esta se confunde com o próprio processo de hominização.

Para Jacques (2002), a entrada no mundo do trabalho na vida adulta, em uma sociedade que tem como foco a produção, é visto como algo encadeado em uma seqüência lógica. Esta autora aponta ainda o fato de diferentes espaços de trabalho oferecerem distintas oportunidades para o indivíduo construir sua identidade de trabalhador.

São inúmeros os estudos que têm como tema a investigação de características identificatórias próprias da classe operária e/ou de determinadas categorias profissionais... e que apontam que o exercício de determinadas atividades e o convívio com determinadas relações sociais constituem 'modos de ser', que qualificam os pares como iguais (mesmo facultando diferenças individuais) e se expressam em comportamentos similares, modos de vestir e de falar, lugares freqüentados etc. (Jacques, 2002, p. 163)

Pode-se dizer que a categoria profissional é definidora no processo de análise da identidade, visto que na trama social, definida sobremaneira pelas relações de produção, ela se torna referência conceitual para as formas de lidar e compreender o trabalhador. Para Codo et.al (1993) a categoria profissional é estruturadora das características que irão definir o sujeito tanto para si, quanto para os outros.

De acordo com Coutinho (1999), a relação identidade e trabalho é de mútua determinação, ao mesmo tempo, que o sujeito se identifica por meio de seu trabalho, este acaba sendo determinado pela identidade dos que o executam. Sendo assim, conclui-se que alterações em um dos pólos desta relação alteram também o outro. Desta maneira, é possível perceber a importância de se realizar estudos sobre a identidade do grande contingente de indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho, visto que o trabalho ainda é um valor fundamental em nossa sociedade e que a idéia que se tem deste ainda está, em muito, ligada a um emprego regular e de carteira assinada.

Partindo dos Estudos Culturais pode-se compreender, segundo Bernardes e Guareschi (2003), o trabalho tal como a cultura e, assim, pressupor que os sujeitos

constituem-se de formas distintas nos diferentes espaços de trabalho. Para estas autoras nesses espaços são produzidos saberes e práticas que buscam a produção de sujeitos, ou seja, a constituição de identidades.

As identidades são da ordem do coletivo, assim, a forma de se reconhecer como trabalhador não afeta apenas a um indivíduo, atua na coletividade dos trabalhadores. De acordo com Bernardes e Guareschi (2003), o trabalho é também um espaço de construção e desestabilização das identidades, ele é uma das condições constitutivas de existência da prática social, possui uma dimensão cultural e, conseqüentemente, constitui nossas formas de ser, viver e compreender. “O trabalho passa a ser mais uma expressão da produção cultural, não só de domínio material, mas de domínio simbólico, de produção de sentidos, de construção de identidades.” (BERNARDES e GUARESCHI, 2003, p.165)

A perspectiva dos estudos culturais auxilia a psicologia a compreender e intervir nos processos de trabalho, partindo aqui:

(...) das relações de forças produzidas no ‘entre lugares’, em que identidades são fixadas e ao mesmo tempo em que constantemente sofrem interpelações que as desestabilizam, não no intuito de resgatar a identidade do trabalhador, tentando recuperar uma forma original, mas de justamente intervir nestes espaços de fixação, de hegemonia de identidades. (BERNARDES e GUARESCHI, 2003, p.181)

Considerando as características da contemporaneidade, as novas formas de organização do processo produtivo e suas influências no mundo do trabalho e entendendo o trabalho como central na construção das identidades, procuramos conhecer as possíveis influências das trajetórias desenvolvidas na informalidade em tal processo. Problematizar a relação identidade e informalidade mostra-se como necessário, dadas as especificidades desta condição de trabalho.

Ao nível mais geral, pode-se afirmar que, para os trabalhadores por conta-própria, a propriedade dos instrumentos de trabalho, o conhecimento e o controle do processo de trabalho, a habilidade para sua realização e a apropriação do

produto lhes confere maior domínio sobre o exercício do trabalho, quando comparados à massa de assalariados em relação a seus postos de trabalho. Em contrapartida, a prática do trabalho é, basicamente individualista, ratificando traços individualizantes do trabalho e do produto. Assim, a habilidade individual, as relações pessoais, os diferentes graus de irregularidades na atividade (...) a multiplicidade de funções (...) reafirma a heterogeneidade e caracterizam o individualizante. (CACCIAMALI,1982, p. 31)

Segundo Dubar (1998), as pesquisas que tem como base o processo biográfico dos indivíduos, ou seja, suas trajetórias, devem, considerar dois aspectos. O primeiro deles a "trajetória objetiva" que pode ser entendida como a seqüência das posições sociais que o indivíduo ocupa durante sua vida. O outro é a "trajetória subjetiva" que é trazida nos relatos biográficos através de histórias pessoais e que apresentam as visões que o indivíduo tem de si e do mundo.

Para Dubar (1998), as trajetórias de vida remetem-se, na maior parte dos casos, às trajetórias profissionais.

Nas sociedades contemporâneas, a trilogia formação/emprego/trabalho parece ser a mais estruturante dos "espaços-tempos" individuais e, portanto, a maneira segundo a qual as pessoas - especialmente os homens - "narram sua vida" e categorizam suas situações sucessivas quando assim solicitadas para fins de pesquisa. (DUBAR, 1998)

Ao se pesquisar trajetória profissional e identidade, é preciso considerar a inter-relação entre história pessoal e condição social na qual estão inseridos os sujeitos. Pois, somente assim, torna-se possível entender e captar as trajetórias profissionais que culminam nas ocupações atuais. Mesmo porque, a realidade social é a base para possíveis projetos pessoais e para a viabilidade ou não destes.

Comentário: parece um comentário comportamentalismo, onde quem determina é o meio.

Os lugares ocupados pelo indivíduo ao longo de sua trajetória o expõem a uma série de determinações, sendo estas decisivas na construção de possibilidades de inserção

no mundo do trabalho e, conseqüentemente, nas compreensões a cerca de si mesmo. Assim, vê-se a importância de considerar tais lugares ao se trabalhar com a identidade.

No que se refere a trajetórias profissionais os grupos sociais tem papel determinante. Elas se iniciam, em muitos casos, através de oportunidades conseguidas e ou oferecidas por parentes e amigos. E são neles que, em geral, o indivíduo busca um modelo a ser seguido em seu percurso profissional.

Sáinz (1998), partindo de Dubar, construiu um modelo explicativo para as identidades dos trabalhadores que atuam no que ele chama de “neoinformalidade”, para tanto analisou três experiências de trabalho informal na América Central. Neste estudo utilizou-se das seguintes categorias: transação interna, transação externa, espaço e lógica.

Es pertinente mencionar que esta problemática será analizada a partir de las proposiciones de Dubar (1991). Para este autor hay cuatro dimensiones a considerar. La primeira remite a una transacción términos de sus experiencias pasadas de empleo, su presente ocupacion y sus aspiraciones laborales. O sea, se estaría ante la dimensión diacrónica de las identidades y los criterios basicos son los de continuidad o ruptura, mostrando trayectorias sostenidas o discontinuas. La segunda, por el contrario, es una dimensión de orden sincrónico y se refiere a una transacción externa que tiene lugar entre el individuo y los otros. Se trata de cómo ele individuo procesa las percepciones que se tiene sobre el (ela) en tanto que trabajador (a). En este caso se está ante situaciones de reconocimiento o ausencia del mismo. Una tercera dimensión remite a los espacios de configuración identitaria que no se limitan unicamente al ámbito laboral. Y, finalmente, este autor, menciona una cuarto aspecto que tiene que ver con el tipo de saber que fundamenta la logica de acción. (SÁINZ, 1998, p.117)

Sáinz (1998), descreveu a construção das identidades dos participantes de sua pesquisa tomando como base as quatro dimensões já citadas. Na transação interna analisou-se em que medida a identidade atual significa uma ruptura ou uma continuidade com a anterior. A transação externa remete-se ao reconhecimento das identidades pelos outros e em diferentes espaços sociais. Referente ao tipo de lógica que determina a inserção no

mundo do trabalho o autor encontrou uma instrumental, na qual o trabalho é apenas uma forma de sobrevivência, e uma lógica de mobilidade, onde o trabalhador informal vislumbra a possibilidade de tornar-se um empresário. Ele encontrou ainda uma lógica de ofício, referente à profissão em si e uma comunitária, que expressa a preocupação com o coletivo.

Identities e diferenças só são compreendidas nos sistemas de significação em que adquirem sentidos. Assim, pensar a identidade de determinada categoria profissional só é possível quando se compreende o que difere os trabalhadores estudados dos demais, é o não ser algo que dá sentido ao ser. Neste caso é o não ter vínculo formal que dá sentido ao trabalhador que atua na informalidade.

Nas trajetórias de vida dos indivíduos ocorrem os processos de construção das identidades. Nas ciências sociais, o processo identitário é, quase sempre, apreendido através do relato das trajetórias. Nelas encontra-se a explicação para a posição social ocupada atualmente pelos sujeitos e, também, as possíveis posições que eles poderão vir a ocupar (DUBAR, 1998), este foi o modelo aqui adotado. No próximo capítulo traremos as formas utilizadas para coletar e analisar tais trajetórias, para em seguida apresentar a análise dos relatos dos participantes.

4 – Método

Na primeira parte deste capítulo trazemos uma discussão a respeito da compreensão de pesquisa adotada neste estudo. Nos demais tópicos apresentamos os procedimentos utilizados para coleta e análise dos dados.

4.1 - Concepção da pesquisa

Este estudo foi qualitativo descritivo e contemplou a mútua determinação entre a situação de informalidade e o processo de construção das identidades de trabalhadores que a vivenciam na cidade de Florianópolis - SC.

A proposta era descrever e analisar, em profundidade, o objeto de investigação, para tanto, optou-se pelo estudo de caso como formato para esta pesquisa. Segundo Gil (1991) “O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento ...” (p.58) Este mesmo autor afirma que uma das principais vantagens deste tipo de pesquisa é a ênfase na totalidade, visto que, o pesquisador volta-se para as múltiplas dimensões do problema estudado, focalizando-o como um todo.

Franco (1988), ao falar de procedimentos para coleta e análise de dados, aponta a necessidade de adequação destes à problemática a ser estudada. Isto porque para a autora um método que esteja associado a uma epistemologia do conhecimento, em uma perspectiva histórica e crítica, considera a apreensão da realidade como indissociável da intenção prática do pesquisador. A forma de conceber a investigação aponta, portanto, a postura teórico-metodológica deste, o que reflete também sua concepção de realidade e de Ciência.

Segundo Franco (1988), a teoria não surge de uma observação neutra e de uma quantificação rigorosa de dados.

Ao contrário, a construção de uma teoria está intimamente vinculada à prática social de seu produtor, isto é, não pode ser concebida como algo desvinculado da forma como os homens se relacionam entre si e com a natureza para a produção e reprodução de suas condições de subsistência. A produção de idéias, de representações, da consciência está diretamente entrelaçada com a atividade prática dos homens, enquanto asseguram as condições necessárias à sua existência. O ponto de partida para essa produção são os homens em sua atividade real, vivendo no coletivo das relações sociais historicamente determinadas, e produzindo a realidade, ainda que esses mesmos homens não tenham consciência de serem seus únicos produtores. (FRANCO, 1988, p.78.)

Foi na perspectiva apresentada por Franco (1988) que trabalhamos nesta pesquisa, a realidade não foi compreendida como algo exterior e compreensível por meio da teoria, e não compreendemos o pesquisador como um ser meramente especulativo, que estava produzindo conhecimentos sobre uma problemática que caminhava à margem de sua existência e interferência.

Na contra-mão de uma perspectiva clássica e na direção de uma perspectiva dialética procuramos, por meio dos procedimentos aqui propostos, ir além da aparência. Para tanto, buscamos a dimensão mediata da problemática observada, realizando mediações, descobrindo, construindo e reconstruindo-a, considerando seu movimento e suas contradições.

Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, neste sentido, antecede ao método. Este constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais. (Frigotto, 1987, p. 77)

4.2 - Procedimentos para Coleta de Dados

Tomando como base às premissas já apresentadas, optamos pelos seguintes procedimentos de coleta de dados: revisão bibliográfica e entrevistas. O primeiro passo foi a realização de um levantamento bibliográfico que contemplou as questões referentes à

identidade, precarização e informalização das relações de trabalho e informalidade, além da relação entre estes tópicos. Este levantamento foi realizado em bibliotecas e bases de dados disponíveis na internet.

Antes da ida ao campo, encaminhamos o projeto de pesquisa que originou esta dissertação para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), após a aprovação do mesmo, ocorrida em maio de 2004, iniciamos a pesquisa de campo.

No projeto de pesquisa os sujeitos com os quais pretendíamos trabalhar eram os trabalhadores do comércio ambulante de Florianópolis. Nos meses de maio, junho e julho realizamos várias idas ao campo, inicialmente fizemos observações não estruturadas visando conhecer um pouco da realidade de tal comércio. Após esta primeira etapa, já no mês de junho, entramos em contato com os vendedores ambulantes, após doze contatos e não havermos conseguido nenhum sujeito disponível para participar da pesquisa optamos por eleger outros participantes para a mesma. O comércio ambulante trouxe aspectos e dados não previstos no projeto. Encontramos nesta realidade dificuldades referentes ao caráter ilegal do comércio ambulante, o que fazia com que os trabalhadores estivessem constantemente em situação de alerta e a presença do pesquisador parecia agravar este clima de desconfiança e insegurança. A inserção neste campo de pesquisa demandaria mais tempo para que conseguíssemos uma maior aproximação e diminuição da desconfiança destes trabalhadores. Ficou clara a necessidade de em um outro estudo trabalhar com esta realidade, que se apresentou mais precarizada e fragilizada que em um primeiro olhar.

Após a desistência de trabalhar com o comércio ambulante optamos por buscar trabalhadores em situação de informalidade de distintas categorias profissionais. Esta opção teve como suporte o referencial teórico, que apresentou o setor informal como constituído por diferentes categorias profissionais que desempenham suas atividades fora da lógica do assalariamento e dos moldes capitalistas.

Como técnica de coleta de dados nesta pesquisa elegemos a entrevista. Segundo Minayo (2000), esta é uma técnica que possibilita trabalhar com a palavra, com a fala individual e que traz a tona valores e códigos sociais. Com ela é possível abarcar sistemas de valores, normas e representações quase inatingíveis com o questionário. Optamos por utilizar entrevistas semi-estruturadas, na qual partimos de um roteiro elaborado a partir dos aspectos que pretendíamos abordar no campo. Este foi composto por questões estruturadas e abertas que possibilitaram uma maior flexibilidade e interação com os participantes da pesquisa; auxiliando assim em uma maior obtenção de dados e informações pertinentes. O roteiro foi elaborado a partir dos aspectos que pretendíamos abordar no campo (trajetória profissional, vivência da informalidade e identidade) tal roteiro consta no Anexo 1.

O roteiro foi dividido por temáticas sendo que a primeira parte do mesmo visou captar dados sócio-econômicos dos participantes da pesquisa. Tais dados foram utilizados para uma melhor caracterização dos participantes. A segunda parte visou captar aspectos referentes à atividade atual dos participantes. Na terceira contemplamos a trajetória profissional dos mesmos e na quarta parte exploramos dados referentes à vida pessoal e projetos profissionais. A quinta temática abordada foi referente ao sentido atribuído ao trabalho e emprego. Na última parte do roteiro buscamos investigar a compreensão que os trabalhadores tem a cerca de si mesmos.

Entendendo aqui, como já foi dito no referencial teórico, que as identidades são segundo Santos (1996) identificações em curso, o que coletamos nas entrevistas foi um conjunto de compreensões dos participantes sobre suas identificações com suas realidade de trabalho e atividades profissionais. A busca pelas outras informações visou ampliar a compreensão sobre o processo de construção de tais identificações.

Foram entrevistados sete trabalhadores em situação de informalidade, sendo dois trabalhadores domésticos (faxineiro e diarista); um pedreiro; duas guias de turismo e duas professoras de inglês. Chegou-se aos participantes por meio de indicação de conhecidos e dos próprios participantes.

Três entrevistas foram realizadas na casa dos participantes, outras três em salas de aula da Universidade Federal de Santa Catarina e uma no local de trabalho do sujeito. A opção por estes locais ocorreu devido à disponibilidade dos participantes.

As entrevistas foram gravadas em fita K7 e posteriormente transcritas para poderem ser analisadas.

O projeto de dissertação foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, a realização da pesquisa ficou condicionada ao uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Anexo 2). Antes da realização das entrevistas os participantes foram esclarecidos sobre os objetivos do pesquisador e assinaram o TCLE.

4.3 - Procedimentos para Análise dos Dados

Para análise dos dados utilizamos a análise de conteúdo, que é uma técnica que tem como objetivo buscar o sentido ou sentidos de um texto (FRANCO, 1994). Segundo Minayo (2000), este é um procedimento sistemático e objetivo, utilizado para descrever os conteúdos da mensagem, o mesmo auxilia a compreender a forma de produção e recepção da mesma. Sua base está calcada na dedução, na inferência, na interpretação dos dados anteriormente coletados. Assim, ela parte do plano superficial para atingir níveis mais profundos, visando ultrapassar o subjetivismo e alcançar a crítica científica.

Na primeira etapa da análise realizamos uma leitura geral das entrevistas transcritas e das anotações feitas durante as mesmas. Para Franco (1994), este deve ser o primeiro momento da análise para que se possa seguir para a interpretação e contextualização dos dados coletados. Esta primeira leitura visou nos familiarizar com a fala dos entrevistados e também com suas próprias anotações.

A segunda etapa foi uma leitura mais atenta do material coletado, onde visamos elencar as categorias de análise, neste estudo elas foram definidas tanto a priori quanto a posteriori. As primeiras foram construídas partindo da base teórica aqui utilizada e das

temáticas do roteiro de entrevista. Já as a posteriori surgiram da leitura das transcrições das entrevistas. Este processo ocorreu por meio de idas e vindas, sendo que as primeiras categorias foram melhoradas com as re-leituras e comparações do material coletado com a base teórica. As categorias a posteriori nos proporcionaram uma maior flexibilidade, possibilitando a captação de diferentes concepções a cerca de uma mesma questão, nos oportunizando assim trabalhar com as falas dos participantes sem a obrigatoriedade de enquadrá-las em categorias já definidas.

Neste estudo optamos pelo uso de eixos temáticos para a definição das categorias, estes são asserções sobre os assuntos pesquisados, podendo ser uma simples sentença (sujeito e predicado), ou um conjunto delas. Para Franco (1994, p.172) o tema “é a mais útil unidade de registro, em análise de conteúdo”. Alguns eixos, ou seja, categorias, como dito acima, estavam definidas a priori e outros foram criados a partir das leituras do material coletado.

Os primeiros eixos temáticos originaram-se das temáticas utilizadas no roteiro de entrevista. Por meio dos mesmos chegamos a duas categorias de análise:

- Trajetória Profissional e Informalidade, e
- Identidade.

Com a definição destas categorias foi possível criar um código que nos permitiu ler o material coletado. Não trabalhamos com este código de maneira fixa, já que a ele foram incorporadas novas categorias que surgiram com as re-leituras dos dados.(FRANCO, 1994) Com este processo de re-leitura e incorporação de novas categorias, a partir das comparações feitas com a base teórica buscamos, conforme dito por Minayo (2000), aproximarmo-nos da crítica científica e assim chegarmos a uma análise mais rica e relevante.

As inferências foram o último passo desta análise, as mesmas serviram para nos aproximar de uma compreensão possível sobre o processo de construção das identidades de trabalhadores em situação de informalidade e que desempenham suas atividades em

Florianópolis-SC. Tais inferências, ou seja, as análises dos dados, serão apresentadas no próximo capítulo desta dissertação (Apresentação e Análise dos Dados).

5 Apresentação e Análise dos Dados

Neste tópico trazemos os dados coletados durante as entrevistas, em seguida encontra-se a análise dos mesmos. Iniciaremos com a apresentação dos participantes da pesquisa e na segunda parte traremos suas falas e a análise destas.

5.1 Participantes da Pesquisa

Para a realização deste estudo foram entrevistados sete sujeitos, sendo dois homens e cinco mulheres, a faixa de idade ficou entre 25 e 46 anos, o nível de escolaridade dos mesmos vai do ensino fundamental incompleto ao superior completo, com relação a suas profissões um é faxineiro, uma é faxineira, um é pedreiro, duas são guias de turismo e duas são professoras de inglês. Abaixo temos duas tabelas com a apresentação dos participantes.

Tabela1 - Apresentação participantes 1, 2 e 3

	Clóvis¹(P1)	Valdirene (P2)	Renata (P3)
Data de Nascimento	25/09/1971	08/01/1975	09/03/1961
Sexo	Masculino	Feminino	Feminino
Naturalidade	Laranjeiras do Sul – PR	São Joaquim – SC.	Vidal Ramos – SC
Escolaridade	Primário Completo	Terceiro Grau Completo (Psicologia)	Segundo Grau Técnico (Turismo e Administração)
Estado civil	Solteiro	Casada	Casada
N ° e Idade dos Filhos	-	-	2 (22 e 16 anos)
Profissão do Cônjuge	-	Professor Universitário	Microempresário
Renda mensal aproximada	Dois salários mínimos e meio	Quatro salários mínimos	Dois salários mínimos
Renda familiar	Único responsável	Dezessete salários	Seis salários mínimos

¹ Os nomes aqui apresentados são fictícios.

	pelo sustento da casa	mínimos (marido é o principal responsável pelo sustento da casa)	(marido é o principal responsável pelo sustento da casa)
Atividade Principal	Faxineiro	Instrutora de Idiomas	Guia de Turismo
Tempo que exerce a atividade	Na informalidade há quatro anos.	Três anos	Quatro anos

Tabela2 - Apresentação participantes 4, 5, 6 e 7

	Joana (P4)	Francisco (P5)	Margarete (P6)	Bruna (P7)
Nascimento	04/05/1967	21/07/1970	28/06/1958	07/01/1980
Sexo	Feminino	Masculino	Feminino	Feminino
Naturalidade	Florianópolis – SC	Florianópolis – SC	Rio Grande – RS	Ponta Grossa – PR
Escolaridade	Primeiro grau incompleto.	Primeiro grau incompleto.	Terceiro grau incompleto (Jornalismo)	Terceiro grau incompleto (Psicologia)
Estado civil	Solteira	Separado	Casada	Solteira
N ° e Idade dos Filhos	2 (17 e 6 anos), ambos não moram com ela, auxilia financeiramente de forma esporádica	2 (14 e 12 anos) ambos não moram com ele, auxilia financeiramente de forma esporádica	2 (25 e 12 anos), somente o mais novo mora com ela	-
Profissão do Cônjuge	-	-	Mecânico de automóveis	-
Renda mensal aproximada	Não soube dizer perdeu há pouco tempo o cliente que lhe pagava mais (um salário mínimo e meio).	Cinco salários mínimos	Um salário mínimo e meio	Três salários mínimos
Renda familiar	Única responsável pelo sustento da casa	Único responsável pelo sustento da casa	Sete salários mínimos (ela é o marido são igualmente responsáveis	Única responsável pelo sustento da casa

			pelo sustento da casa)	
Atividade Principal	Diarista	Serviços Gerais (Pedreiro)	Guia de Turismo	Professora de Inglês
Tempo que exerce a atividade	Aproximadamente dezessete anos	Há muitos anos tem esta atividade, sem vínculo formal faz quatro anos	Três anos	Nove anos

5.2 Categorias de Análise

Dois categorias nortearam a análise dos dados, são elas: Trajetória Profissional e Informalidade (formada pelas subcategorias: Trajetória Progressiva, Informalidade e Projetos Profissionais para o Futuro) e Identidade. Estas foram escolhidas a partir dos eixos temáticos do roteiro de entrevista e da leitura da transcrição das entrevistas. Tal escolha pautou-se na necessidade de conhecer o percurso dos participantes no mundo do trabalho, buscando compreender como chegaram a sua realidade atual (informalidade), conhecendo então a trajetória e a vivência desta condição de trabalho buscamos a compreensão que eles tem de si e de que forma, tal percurso e situação influenciaram na construção da mesma.

5.2.1 Trajetória Profissional e Informalidade

Trabalhando em uma perspectiva sócio-histórica era indispensável resgatar a história dos participantes no mundo do trabalho. Sendo fundamental compreender que percursos fizeram e como chegaram a atual situação laboral. Apesar de aqui termos feito a opção pela trajetória profissional a mesma não aparece descolada ou como algo separado na trajetória de vida dos sujeitos. Dubar (1998) traz que, na maioria dos casos, ao narrar suas trajetórias de vida os indivíduos, especialmente os homens, remetem-se a suas trajetórias profissionais.

Dubar (1998) aponta a necessidade de, ao trabalharmos com a trajetória dos indivíduos, considerar dois aspectos: a trajetória objetiva e a subjetiva. Sendo a primeira a seqüência das posições que o indivíduo ocupou ao longo de sua vida e a outra, geralmente apresentada por meio de histórias pessoais, traz as visões que o indivíduo tem de si e do mundo.

Ao trabalhar com trajetória profissional e identidade, é indispensável considerar a inter-relação entre a história pessoal e a situação social na qual estão inseridos os sujeitos. Mesmo porque o social é a base para os possíveis projetos pessoais e a viabilidade ou não destes.

Comentário: parece um comentário comportamentalismo, onde quem determina é o meio.

5.2.1.1 Trajetória Progressiva

Os participantes apresentam diferentes trajetórias profissionais, estas aparecem como decisivamente influenciadas pela situação que vivenciaram. O nível de escolarização, ainda que este não fosse um objetivo desta pesquisa, apareceu como um corte distintivo no percurso no mundo do trabalho. Sendo possível dividi-los em dois grupos: um primeiro no qual o nível de escolarização é primeiro grau incompleto (faxineiro, diarista e pedreiro) e um segundo no qual a escolarização vai de segundo grau completo ao superior completo (guias de turismo e professoras de inglês) . Neste último estão quatro participantes e temos duas formas de vínculo com a profissão: as guias de turismo fizeram um curso obrigatório (exigido pela Empresa Brasileira de Turismo – Embratur) e pretendem continuar investindo na profissão. Já as professoras, uma tem curso superior completo e a outra faz um curso em outra área, as duas não escolheram esta profissão e não pretendem continuar na mesma.

É interessante observar que no primeiro grupo, trabalhadores com menor número de anos de estudo formal, a entrada no mundo do trabalho ocorreu mais cedo e as profissões assumidas não parecem ter sido projetadas, foram uma seqüência do que se vinha vivendo, ou a continuidade da profissão dos pais, aos quais auxiliavam no trabalho.

“Eu tinha acho que uns 10 ou 11 anos, como empregada doméstica. [...] ai eu trabalhava de manhã e estudava a tarde. [...] Ela [mãe] também é diarista, ela levava a gente para ajudar.” (Joana)

“[...] sempre como meu pai era pedreiro né, eu já trabalhava com ele, então sempre queria trabalha com isso né. Então, então aprendi e to seguindo, tem eu, tem mais um outro irmão que também faz umas reforminhas, então não tive outra escolha não, é isso ai mesmo.” (Francisco)

No segundo grupo, trabalhadores com maior nível de escolarização, a entrada no mundo do trabalho ocorre mais tarde e aparece vinculada ou a uma formação que já estava sendo realizada ou como forma de se conseguir tal formação.

“Não, foi durante a universidade que eu comecei, o curso era basicamente matutino e à tarde eu geralmente tinha um estágio. Eu entrei com dezessete anos na universidade, foi o meu primeiro vestibular, eu entrei novinha. E com dezenove anos eu comecei a trabalhar, mas sempre com um vínculo de universidade.” (Valdirene)

Ainda neste grupo a ocupação atual aparece para duas participantes como uma oportunidade que surgiu e não como algo que se projetou ou buscou.

“Foi ocasional, eu tinha recém voltado de uma viagem onde eu fiquei oito meses fora e eu fui procurar uma escola próxima da minha casa para estudar inglês, para não perder aquilo que eu tinha aprendido. E nesse contato, conversando com a proprietária da escola ele perguntou: escuta teu inglês é superbom, tu não tem interesse em dar aula aqui? [...] Fui buscar estudo e recebi uma proposta de trabalho.” (Valdirene)

“Foi assim, [...] eu fazia inglês numa escola particular, comecei lá com treze anos e não sei, acho que eu tinha facilidade eu aprendi rápido e o meu professor, quando eu tinha quinze, precisava de alguém pra da aula pra uma turma de básico. Eu nem tinha pensando

em ser professora nunca na minha vida, daí ele chegou pra mim, primeiro ele falou com a minha mãe que eles trabalhavam junto, daí ele veio conversar comigo se eu queria dar aula. Eu fazia primeiro ano de segundo grau não fazia nada né, porque não? Daí fiz treinamento com eles e comecei a dar aula pra umas duas turminhas mais básicas, eu não tinha nem terminado o curso.” (Bruna)

Como já foi dito, para as guias de turismo a atividade atual foi e ainda é um projeto profissional, no qual pretendem continuar investindo.

“É minha opção, hoje com quarenta e seis anos, mãe, madura, plenamente consciente do que eu quero, é, pra mim é. Eu gosto muito, eu levo muito a sério o que eu faço, eu pesquiso muito, eu leio muito. Eu gosto muito, eu acho que isso já diz tudo, eu gosto muito de fazer o que eu faço.” (Margarete)

“Eu fiz o curso técnico de turismo e daí eu achei que eu poderia ampliar um pouco a minha profissionalização no turismo. Eu não queria ficar trabalhando só com hotel ou com agência de viagem vendendo pacote, eu queria uma coisa mais diferenciada daí achei melhor fazer o curso de guia, fazer o curso de guia e me aperfeiçoar mais.” (Renata)

De modo geral, independente do nível de escolarização, ao falarem de suas trajetórias profissionais todos participantes relatam já terem trabalhado no mercado formal, mas referem-se a esta condição como ruim e não demonstram vontade de voltar para a mesma.

“Então várias coisas, mas como ganha pouco né, eu ganhava pouco e também se estressava muito e muita gente mandando, então eu disse: que sabe duma coisa eu vou é me mandar e vou é trabalhar para mim. Trabalhava um tempo de biscate, parava um pouco ia trabalhá de carteira assinada né, e assim ia levando né. Então agora eu desisti mesmo, até essa última vez eu trabalhava na portaria do Condomínio e desisti e sai, a vou trabalhar para mim e graças a Deus to conseguindo, tenho meus serviços, tenho já minha clientela, então para mim tá melhor. Oh, tá bem melhor.” (Francisco)

“Nossa, isso é o que pega, sabe assim acordar às seis horas da manhã, andar trinta quilômetros com engarrafamento para chegar no trabalho as oito, isso de carro, assim de maneira tranqüila, sair do trabalho as sete, chegar em casa as oito e não poder escutar tocar o telefone, essa era a condição de trabalho. E sábado e domingo por exemplo: o que tu que faze? Dormir, ficar em casa.” (Valdirene)

Partindo das trajetórias profissionais dos participantes, considerando aqui as especificidades de cada uma delas, nas próximas subcategorias apresentaremos como tem sido vivenciada a condição de informalidade, que aparece como uma opção e não tanto como uma falta de possibilidade e que projetos profissionais os participantes tem para o futuro.

5.2.1.2 Informalidades

Um dos problemas em se trabalhar com o setor informal refere-se a dificuldade em se chegar a um conceito do mesmo. Cacciamali (1982) pauta a diferenciação entre o mesmo e o mercado formal no modo de organização da produção. O critério adotado não é a existência ou inexistência de registro, e sim o modo de organização e funcionamento da unidade econômica. Na mesma perspectiva Melo e Telles (1999), apontam a não distinção das figuras de patrão e empregado, um trabalhador que é responsável tanto pela produção quanto pela gestão dos negócios e o não assalariamento, já que os rendimentos obtidos estão subordinados ao mercado de bens e serviços, como características do setor informal. Neste setor encontram-se os trabalhadores por conta própria e as pequenas empresas, familiares ou não. Neste estudo optamos pelo conceito de informalidade que, para Alves (2003), pode ser entendida como uma mescla das tradicionais atividades informais com novas e precárias relações trabalhistas onde não há um contrato de trabalho formalizado.

Entre os participantes desta pesquisa, utilizando o critério de classificação adotado por Alves (2003), seis são trabalhadores por conta-própria (faxineiro, diarista, pedreiro, guias de turismo e uma professora de inglês (Valdirene) e um é assalariado sem registro

(professora de inglês – Bruna). Entre os seis que trabalham por conta-própria apenas dois recolhem regularmente contribuição para o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, entre os outros quatro, um recolhe contribuição sindical obrigatória e os demais não recolhem nenhum tipo de taxa. Este panorama mostra as diferentes e complexas possibilidades de inserção no atual mundo do trabalho. A opção por indivíduos com distintas situações de trabalho ocorreu propositadamente e visou contemplar algumas e não uma das possibilidades de inserção no múltiplo e complexo setor informal.

Compreender o setor informal apenas como atividades precárias que ocorrem fora da legislação é o mesmo que desconsiderar muitas de suas possíveis faces. Esta é uma realidade bem mais complexa e nela se encontram setores qualitativamente diferentes. Ignorar tal complexidade pode acabar nos levando a desconsiderar aspectos importantes deste setor, entre eles: o fato de que a entrada no mesmo nem sempre é um processo fácil; nele os salários não são uniformemente mais baixos que os do setor formal; os trabalhadores que nele atuam não são a principal fonte de recrutamento do setor formal e nem todos os trabalhadores que atuam no mesmo o fazem por falta de opção, alguns escolhem esta condição de trabalho (Moretto, 2001). Para Cacciamali (1982), o trabalho por conta-própria, em muitos casos, pode ser o desejo de trabalhadores assalariados, que vêm nesta realidade a possibilidade de se libertarem de patrões e horários rígidos. Este setor é constituído também por trabalhadores que desejam e conseguem escapar do modelo de produção capitalista. Não considerar estes dados é o que reforça a idéia de que o setor informal é sinônimo de precariedade e pobreza.

Na fala dos participantes um dado que aparece de maneira recorrente é a informalidade como opção de trabalho e não tanto como falta de opção. Esta condição de trabalho aparece inclusive como algo que se buscou e como preferida em relação à situação de formalidade.

“Eu, para mim de carteira assinada prefiro não trabalha mais, para mim não. [...] Se eu quise trabalha de carteira assinada eu posso sai daqui agora e em uma semana eu arrumo serviço. Então, conheço muita gente, já me convidaram para trabalhar de carteira

e eu disse: não quero. Pra mim não me interessa, tão cedo não me interessa, quem sabe mais tarde né. Mais tarde talvez, mas pra ganha isso aí, essas micharias que eles tão pagando não me interessa não.” (Francisco)

“[...] hoje o valor que eu cobro de hora aula é três vezes mais do que eu receberia numa escola, sendo que numa escola eu teria que ter disponibilidade de horário de acordo com a necessidade da escola. Eu recebi algumas propostas para trabalhar em escola com vínculo formal, há um mês uma pessoa veio atrás de mim: eu sei que tu dá aula, fulano e fulano já tiveram aula contigo, tu não gostaria de vir trabalhar na escola? Eu sou coordenadora da escola e estou precisando de professor. Eu não perguntei nem qual era o período, nem qual era o valor da hora-aula.” (Valdirene)

A formalização não se apresenta para os participantes como uma possibilidade de estabilidade e bons rendimentos. Ao contrário, mostra-se como uma realidade ainda mais precarizada, com longas jornadas de trabalho e baixos salários. O trabalho formal aparece algumas vezes como pesadelo, como perda da liberdade. A informalidade apresenta-se então como uma alternativa para conseguir melhores rendimentos, o que possibilita um maior acesso aos bens de consumo e a criação de uma melhor estrutura de vida. Fato que parece denunciar a precarização também no mercado formal e quebrar com a idéia de que ela é exclusividade da informalidade.

“Eu não me imagino, eu não quero, o que eu mais quero é ser o meu chefe, ser autônoma, acho que é muito de ter visto os meus pais coitados, a vida inteira em empresa é muito, que ambiente aversivo pra mim. Não eu não me imagino, eu não quero ter esse tipo de profissão que eu tenha que realmente que cumprir quarenta horas num lugar, ter que chegar lá as oito, sair as dez, sei lá cinco, seis da tarde, eu não quero, quero ter opção, eu preciso disso, eu preciso disso, nossa, eu não consigo nem imaginar.” (Bruna)

“Porque ganha muito pouco, tipo meu irmão trabalha de zelador lá tira oitocentos reais por mês, o mês inteiro e trabalha das oito as seis da tarde. Po eu fui lá em uma

semana e tirei novecentos reais, então para mim é compensador né, tem a sua responsabilidade tudo mais, mas para mim é melhor.” (Francisco)

Entre os participantes somente Bruna, a única que tem vínculo com uma instituição (escola de idiomas), buscou essa atividade e participou de seleção de pessoal para conseguí-lo. Os outros disseram não ter o hábito de procurar emprego no setor formal e, mesmo na informalidade, a maioria das possibilidades de trabalho ocorre por meio de indicações. Para alguns deles o emprego é que costuma procurá-los. Joana, que é diarista, por exemplo, havia começado em um emprego formal no dia da entrevista, mas foi indicada para a vaga.

“Não só nesse que eu te falei que eu fiz uma ficha numa empresa, mas foi agora faz pouco tempo. Mas eu não costumo procurar não, sempre tem alguém que liga que indica né.”
(Joana)

Apesar da informalidade aparecer nos discurso dos participantes como uma condição de trabalho que oferece maior rendimento e mais liberdade, a inexistência dos direitos trabalhistas aparece como uma grande dificuldade. O que traz a insegurança com relação a situações de doença e conseqüentemente impossibilidade de trabalhar.

“É assim, na verdade faz, é ruim porque se a gente fica doente na faxina se tu não vai tu não ganha. Mas tem um lado bom que a gente ganha mais, de carteira assinada a gente ganha bem menos.” (Clóvis)

“Sei lá se tem vantagem né, tem quando tu recebe né, mas se tu fica sem tu não recebe nada né.” (Joana)

Outro aspecto que aparece como uma grande dificuldade é a necessidade de se organizar para assumir de maneira integral o custo dos direitos trabalhistas.

“[...] tive também que ver a minha questão da aposentadoria, então eu fui lá no INSS, eu já tenho o número de inscrição e tudo, e eu não to pagando como autônoma porque não me sobra o suficiente, entendesse.” (Margarete)

“[...] eu acho a importância do vínculo essas vantagens assim né, porque na verdade eu não tiro pra depositar pra mim um fundo de garantia que é o mesmo valor que eu pago o INSS.” (Renata)

As falas acima são das participantes que tem maior faixa etária (uma tem 44 e a outra 47 anos) justamente nelas vê-se uma grande preocupação com a questão da aposentadoria, sendo esta decorrente provavelmente de uma maior proximidade desta etapa da vida.

Ao mesmo tempo, é possível verificar que a contribuição para a previdência social nem sempre é vista como uma garantia no futuro. Vê-se uma descrença nos direitos trabalhistas ou na previdência social do país, que parece não conseguir sustentar ou garantir os direitos dos trabalhadores.

“Não, também não, meu pai pagou ai vários anos, já tava até aposentado há uns quatro, cinco anos e o INSS não falou nada, se não fosse um outro meu irmão que colocou advogado tava pagando até hoje. Mas eu não pago não, também nunca me interessei em pagar, não tenho preocupação nenhuma com isso.” (Francisco)

Ainda assim, o ponto que aparece como maior temor é certamente a questão da aposentadoria, os participantes falam de uma grande preocupação com o futuro e de como se organizarão quando não conseguirem mais trabalhar. Preocupação que fica mais evidente no discurso de Margarete que é a participante mais velha.

“A minha aposentadoria, eu realmente penso muito nisso, eu penso muito mesmo nisso. E como a gente é autônomo, ele é autônomo, eu também, como a gente vive daqui há dez quinze anos?” (Margarete)

Em um caso específico o receio do que pode acontecer no futuro aparece como um grande problema, chegando a levar a participante a se emocionar.

“[Com voz de choro] Digo assim, o meu medo é fica sozinha, doente, sem ter onde né. [...]” (Joana)

O mercado de trabalho é diretamente afetado pela reestruturação produtiva, que tem levado a uma diminuição numérica e qualitativa das possibilidades de inserção no mesmo. Os trabalhadores ficam assim, obrigados a buscar novas formas de inserção no mercado, tornando-se responsáveis por assumir os encargos e a utilizar seu próprios meios de produção para realizar as atividades. Nesta situação estão os trabalhadores atualmente considerados independentes (por conta própria, autônomos e pequenos empresários). Assumir tais responsabilidades aparece para alguns participantes desta pesquisa como um preço muito alto a se pagar apesar de terem mais liberdade.

“[...] essa coisa assim, a eu não quero mais trabalha sendo empregado, eu quero ser dono do meu nariz, ser dono do próprio nariz tem um preço muito alto né.” (Renata)

Um dado relevante é que esta forma de viver a informalidade, na qual os encargos aparecem mais fortemente como um peso, fica mais explícita na fala das guias de turismo que possuem uma realidade diferente dos demais, já que possuem uma ocupação para a qual tiveram que investir em uma formação e na qual são obrigadas a recolher determinadas taxas para poderem exercer sua atividade. Além disto, esta é uma profissão afetada também pela sazonalidade, o que a torna ainda mais precarizada, um exemplo é o fato de que entre os participantes elas são as que possuem menores rendimentos.

“[...] eu gosto muito de fazer o que eu faço, mas eu também tenho que pensar que to com quarenta e seis anos e eu me aposento como? O que que eu vou receber? Porque a gente usa a credencial da Embratur, mas qual é a garantia? O que que ela me dá? Uma aposentadoria boa? Usa só por usa, porque é lei federal? Tudo bem, to ali inscrita, existe a carteira, tudo bem, todo ano a gente paga a contribuição sindical, de quatro em quatro anos a gente tem que renovar, mas o que que ela dá pra mim como retorno? [...] Não é assim, tu vai desembolsando, vai desembolsando e não tem retorno, tu não tem trabalho.” (Margarete)

A complexificação do setor informal traz a heterogeneidade das atividades, individualiza os trabalhadores, o que dificulta sua organização enquanto classe, tornando-os cada vez mais fragilizados. Dos participantes as únicas que falam da existência de alguma organização enquanto categoria profissional (sindicatos, associações) são as guias de turismo, e ainda assim, se referem a estas como iniciativas frágeis e pouco representativas.

“[...] tu tem que se inscrever no sindicato daqui e ainda paga uma mensalidade. E não te dão a garantia de dá trabalho [...] Não oferece nada, ta constatado que não oferece nada, eu vejo isso. [Referindo-se ao que o sindicato oferece para os guias] [...] dizem que é uma das classes mais desunidas, lamentavelmente né. [...] porque no final todos nós nos queixamos das mesmas coisas [...] Realmente é uma classe bastante desunida, falta essa união em prol deles mesmos” (Margarete)

Na já citada pesquisa sobre a Economia Informal Urbana (ECINF) os dados indicam que em 1997 sessenta e sete por cento (67%) das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal eram trabalhadores por conta própria e dez por cento (10%) empregados sem carteira assinada. Estas foram as condições de trabalho que estudamos, seis sujeitos são trabalhadores por conta própria e um é empregado sem registro formal, vê-se pelos dados que estas são provavelmente as condições mais encontradas na informalidade.

Atendo-se ao que a literatura traz a respeito da informalidade no Brasil, um dado relevante é o trazido por Cacciamali (1999), segundo a autora as redes de proteção social que atingem os mais pobres em nosso país sempre foram as oferecidas pelas comunidades e/ou famílias. Um dado trazido na fala dos participantes é a necessidade de contar com o apoio da família em situações onde ficam impedidos de trabalhar e, conseqüentemente, não conseguem renda e também não podem contar com os benefícios oferecidos para os trabalhadores formais.

“[...] Já, eu tive pontada (pneumonia). [Época em que ficou mais de um mês afastada do trabalho.] [...] A família ajudou.” (Joana)

A renda obtida pelo cônjuge aparece como a segurança para algumas participantes quando elas pensam em momentos em que não consigam ter rendimentos. A estrutura familiar aparece novamente como rede de proteção.

“Bom, ai é que entra o meu marido né, ele é a solução. Porque se não é ele trabalhar e ajudar ai não dá, porque eu só, sozinha, mesmo tendo casa própria eu não poderia me manter.” (Margarete)

“E tem algumas facilidades, quando eu te digo que o principal responsável pelo sustento da casa é meu marido, isso envolve plano de saúde que já vem descontado da folha dele e não lembro que outras coisas, mas é assim.” (Valdirene)

Para uma das participantes, que atualmente não está casada, não poder contar com o apoio de um companheiro aparece como uma possível dificuldade.

“Tem horas que eu penso assim: tenho medo, mas eu sempre me virei sozinha, sempre fui independente. [...] Claro que eu tenho medo de ficar doente e não ter como. Por isso mais que eu aceitei esse emprego de carteira assinada.” (Joana)

5.2.1.3 Projetos Profissionais para o Futuro

Soares- Lucchiari (1997) aponta a necessidade de se fazer projetos durante a vida, pois é por meio deles que é possível antecipar um tempo que está por vir, e assim, deixa de estar submetido ao imprevisível. Ao projetar o indivíduo constrói para si um futuro desejado, ou melhor, uma perspectiva que espera poder vivenciar.

Referente à trajetória profissional Soares- Lucchiari (1997) afirma que ao alcançar um certo estágio em sua formação educacional o indivíduo pode antecipar a seqüência seguinte. Assim, o projeto serve também para definir uma escolha de formação profissional.

A construção de projetos profissionais para o futuro aparece de maneira distinta para os dois grupos de participantes, os com menor e os com maior nível de escolarização. Sendo que os participantes do primeiro grupo parecem ter uma dificuldade maior em construí-los, a perspectiva é manter a atividade que possuem até quando conseguirem, este é o projeto. Em acordo com as reflexões de Soares- Lucchiari (1997) a formação educacional mostra-se como decisiva na elaboração dos projetos profissionais.

“Olha, eu não sou muito de pensar no futuro, quer dizer no momento eu vou trabalhando, comprando as minhas coisas, não sou muito de pensar lá na frente. Porque antigamente eu projetava muita coisa e nunca dava certo, daí a partir do momento que eu parei de projetar as coisas andaram mais.” (Clóvis)

*“[...] Eu faço que acontece pra faze no momento né, tem pra faze vamo faze e pronto, mas não penso muito não. Não sou muito de pensa não, sou mais de faze, pintou vamo faze né.
[...]” (Francisco)*

Já para duas das participantes com maior nível de escolarização (professoras de inglês) a atividade atual não é vista como uma fonte de renda até o fim da vida profissional e sim como um meio para se conseguir outras possibilidades de inserção e ocupação no mundo do trabalho.

“[...] hoje eu questiono, passaram três anos, faz três anos que eu estou nesta atividade, nesse período eu sempre tentei retomar e estabelecer um vínculo com a academia novamente, porque tenho necessidade de estudar, mas nunca me passou pela cabeça retornar para a academia em letras, por exemplo, nunca, sempre alguma coisa relacionada com psicologia do trabalho, com psicologia organizacional, o mundo do trabalho que é a área que eu sempre atuei e estudei enquanto psicóloga.” (Valdirene)

“Não, ai é que tá, eu sempre dei aula inglês sem levar a sério, como se fosse um hobby né no começo, depois que eu comecei a me sustentar eu levei mais a sério, mas aquela coisa não é isso que eu pensei que eu vou fazer pro resto da minha vida, e por isso eu to fazendo psicologia.” (Bruna)

E para as guias de turismo, continuar investindo em suas atividades atuais aparece como a perspectiva de futuro profissional.

“Acho que é ter êxito na minha profissão, e esse êxito é bastante ambicioso, até o meu grande sonho é ter o meu próprio ônibus, ter meu próprio ônibus e sair com meu marido que tem habilitação pra conduzir veículos grandes. Montar roteiros e sai por ai, por esse mundo de meu Deus, viajar, viajar esse é meu projeto de vida, essa é minha história de vida, acho que é isso aí.” (Margarete)

“Eu resolvi estudar línguas, línguas estrangeiras pra melhorar meu futuro profissional [...] Meu projeto é investir mais em línguas estrangeiras, dominar mais uma língua. E trabalhar nesta área, mas dominando uma língua estrangeira, porque é um comércio muito valioso.” (Renata)

A busca por um trabalho no mercado formal não aparece como projeto para nenhum dos participantes e, aparentemente, tal realidade só seria aceita sob determinadas condições.

“Nestas condições sim, mas eu não sei se estas condições que eu coloco são condições possíveis de acontecer de fato, de acordo com a realidade que se apresenta para a gente. Eu penso que é um desejo, mas às vezes eu penso que é um desejo idealizado e se fugir muito disso eu prefiro ficar na informalidade. Por exemplo, para mim não seria tão problemático ter um contrato de prestação de serviço, nestas condições que eu exemplifiquei, sendo que eu possa tá fazendo atividades que eu tenho interesse e que eu possa tá mesclando com outras atividades que possam eventualmente surgir né.”

(Valdirene)

Na primeira categoria trabalhada buscamos conhecer as trajetórias profissionais e a vivência da informalidade. Com base nas discussões teóricas a cerca da relação entre trabalho e identidade, no próximo tópico discutiremos sobre os processos de identificação e construção de identidades dos trabalhadores em situação de informalidade.

5. 2. 2 Identidades

A identidade nesta pesquisa foi tomada em sua processualidade, indo em sentido contrário ao das idéias essencialistas, que a compreendem como uma essência imutável do indivíduo, como diz Santos (1996) são identificações em curso. Reportarmo-nos também aos estudos culturais e as concepções apresentadas por Lago (1999) que entende que é na cultura que o sujeito se constitui e constrói uma imagem mental que ele compreende como sendo um “eu”.

Uma das perguntas do roteiro de entrevista era: Quem é você? As respostas apresentadas referiam-se a imagens e compreensões que os participantes tinham a cerca de si mesmo. Os participantes não pareciam confortáveis para responder tal pergunta, as repostas remetiam a uma dificuldade em apresentar essa compreensão, ou em trazer uma definição de si mesmo.

“ [...] eu sou uma pessoa espontânea, sou uma estudante de psicologia, professora de inglês (risos), essas imagens que eu já tenho construídas. Quem sou eu mais? Meu Deus que complicado, [...] nunca parei pra responder essa pergunta (risos).” (Bruna)

“Ai! Como eu te repondo isso? Olha, eu, quem sou eu? Eu sou uma pessoa muito preocupada de ter as coisas corretas [...] Sou uma pessoa muito exigente com a questão do meu trabalho, muito, acho até que deu pra nota, eu sou muito preocupada e exigente com a questão de trabalhar bem né. [...] Que que eu posso dizer mais de mim? [...] Não sei como tu poderia me caracterizar, que sei eu? Acho que já falei tudo, não sei como tu me caracteriza.” (Margarete)

As respostas acima parecem elucidar um aspecto trazido por Lago (1999) de que a contemporaneidade torna a tarefa de criar uma compreensão de si mesmo árdua, mas não impossível.

Um ponto que também aparece como relevante é a importância do outro na construção da imagem de si mesmo. Uma das participantes remete-se a um tempo em que morava em uma cidade pequena e onde era reconhecida como sendo a filha de alguém.

“[...] sou filha do meu pai e da minha mãe, fui muito tempo na minha vida, principalmente nas cidades pequenas que eu morava e que eu não podia fazer nada porque era a filha do seu Hugo. Hoje eu sou a Bruna e ponto.” (Bruna)

Uma das participantes, que é guia de turismo, remete-se a cultura como norteadora na construção das identidades. Em sua fala remete-se à importância de não se deixar perder aspectos culturais sobre o risco de se perder uma identidade cultural, referindo-se especialmente a situação de Florianópolis -SC.

“Porque se a comunidade [...] é participativa nos meios culturais, seja tanto no folclore, até tu vê a festa da tainha né, a renda de bilro, o folclore, o boi de mamão, se a gente

começa a contribuir pra que isso termine não vai mais ter essa identidade cultural.”

(Margarete)

Neste tópico buscamos analisar de maneira geral a concepção que os participantes tem de si mesmos. Compreendendo o trabalho como decisivo na construção de tal compreensão, buscaremos agora analisar as possíveis relações entre identidade e trabalho.

5.2.2.1 Identidades e Trabalho

Para Coutinho (1999) existe uma relação de mútua determinação entre identidade e trabalho, visto que o sujeito se identifica por meio de seu trabalho, mas este acaba sendo determinado por aqueles que o executam. Desta forma concluímos que alterações em um dos lados desta relação afetam também o outro. A relação entre identidade e trabalho aparece fortemente no discurso dos participantes. Como diz Ciampa (1985) “...é pelo agir, pelo fazer que alguém se torna algo...” (p.64) Por mais que a informalidade ofereça muitas vezes ocupações temporárias e não postos de trabalho, estas acabam sendo decisivas na compreensão que o indivíduo tem de si mesmo.

“No começo, logo que eu comecei, quando eu comecei a questionar assim: poxa faz seis meses, faz um ano que eu to dando aula de inglês. Porque até então coisas simples, tu ia no médico: qual a tua profissão? Psicóloga. Quando fez um ano eu disse: escuta você é o que? E aí parecia que soava estranho sabe, professora de inglês. Mas será que eu sou? Será que eu sou psicóloga? Será que eu sou professora de inglês?” (Valdirene)

“Pra me apresenta vou falo o meu nome, o serviço que eu faço e assim, é o básico né, não tenho muita coisa pra falar não.” (Francisco)

“[...] eu me identifico muito mais hoje assim, o que você faz? Eu sou professora de inglês, depois tipo quando eu for psicóloga pode até mudar, isso quando eu parar de dar aula, enquanto eu não parar de da aula não tem como ser de outra maneira é isso que eu faço, faz nove anos que eu faço isso.” (Bruna)

Considerando as especificidades do trabalho desenvolvido na informalidade, iremos discutir a seguir as possíveis relações entre identidade e informalidade.

5.2.2.2 Identidades e Informalidades

Assim, como já discutido anteriormente, a contemporaneidade e a reestruturação produtiva alteraram significativamente o mundo do trabalho e a informalidade é hoje uma das suas mais expressivas faces. Esta condição de trabalho possui uma série de especificidades, considerando as mesmas buscamos discutir de que forma elas afetam o processo de construção das identidades dos trabalhadores que as vivenciam.

Segundo Jacques (2002), distintos espaços de trabalho oferecem diferentes oportunidades para o indivíduo construir sua identidade. Podemos dizer que a categoria profissional é definidora no processo de análise da identidade, visto que ela se torna referência conceitual para as formas de lidar e compreender o trabalhador. Codo et.al (1993) afirmam que tal categoria é estruturadora das características que irão definir o sujeito para si e para os demais.

Nesta pesquisa, mais do que a categoria profissional, voltou-se a atenção para a condição de trabalho, ou seja, para as condições em que o trabalhador desempenhava sua atividade. As condições oferecidas pela informalidade apareceram como aspectos com os quais os participantes se identificam, ou seja, onde encontram a possibilidade de construir uma identidade de trabalhador na qual se reconheçam.

“Depois eu trabalhei no supermercado [...] Teve outros, de copeira, mas eu não me adaptei. [...] Não sei, não sei é todo dia a mesma coisa, a rotina. De faxina não, numa semana você vai na casa de um, no outro dia vai na casa de outro, não enjoa muito né.”

(Joana)

“O que eu to gostando é o que eu to fazendo agora, não tem ninguém te mandando faze as coisas, trabalha pra ti mesmo, tu vai a hora que tu quize, volta a hora que tu quize, tu faz o teu horário, então para mim o que eu mais gosto é de faze isso que eu to fazendo. É esse trabalho que eu faço, porque agora já faz quatro anos que eu to assim, po pega um serviço de carteira assinada pra ta um mandando, e não é só um, é dois, três como lá no condomínio [...] Para mim esse é o melhor.” (Francisco)

“[...] eu fui me identificando com algumas coisas, não era muito a minha área trabalhar em hotel ou agência vendendo pacote, [referindo-se ao curso técnico que havia feito] formula roteiro até gostaria, daí eu achei que era acessível junta um curso onde eu ficasse independente sem vínculo.” (Renata)

As condições oferecidas pelo setor formal, surgem como contraponto para a condição encontrada na informalidade. Como dito por Maheirie (2002) a identidade é um conceito que carrega em si o idem e ao mesmo tempo a oposição. Nesta pesquisa pode-se dizer que a identidade, construída na informalidade, traz como oposição a identidade do trabalhador do setor formal e as condições de vida e trabalho deste.

“E isso não sou eu, eu não sou assim [referindo-se ao tempo em que trabalhava em uma empresa com vínculo formal] nunca fui, mas era uma coisa tão desgastante e que mesmo quando eu não tinha trabalho para fazer em casa, por exemplo, hoje em nenhum momento eu olho para trás e digo: ai me arrependi , não devia ter feito isso, não.” (Valdirene)

“Eu prefiro [falando da atual situação de trabalho], porque assim eu posso da conta da minha casa, eu posso organiza a minha casa e a minha vida pessoal, ter os meus afazeres domésticos, [...] eu faço tudo, eu estudo, trabalho, acho que aproveito mais os meus horários em função de eu não te um horário fixo pra trabalha. Claro que quando eu saio às vezes eu saio de manhã e volto a noite, [...] mas não é aquele compromisso de pegar ônibus em determinado horário e chega tal hora, não é aquela rotina, não.” (Renata)

Na fala dos participantes é possível ver como a precarização não é uma exclusividade da informalidade, ao contrário em suas falas os mesmos parecem referir-se a condições de trabalho menos precárias na informalidade. Em suas trajetórias parecem ter encontrado uma maior possibilidade de identificação e até realização na informalidade. A informalidade parece lhes oferecer uma outra possibilidade de se reconhecerem como trabalhadores e de se identificarem mais com ela.

“[...] olha eu já trabalhei de carteira assinada várias vezes já sai [...] e agora mesmo que eu parei de trabalhar de carteira assinada, faz quatro anos. Agora eu não trabalho mais de carteira assinada né, não quero mais saber, para mim não quero mais saber. [...] É, isso aí é o que eu quero fazer para mim o resto da vida, se Deus quise o resto da vida eu quero fazer isso. Quero trabalhar com isso, é opção minha mesmo, eu gosto de fazer esse tipo de serviço, então ninguém me manda, então pra mim a única opção é essa mesmo”
(Francisco)

“Eu acho que é faxina [falando da atividade que mais gostou de fazer] Porteiro era legal, só que era muito chato fica lá o dia todo, chegava domingo era muito estressante né. Eu não gosto de trabalhar domingo, sábado e domingo pra mim não serve. Já fui convidado pra trabalhar na pizzaria tudo, mas eu não quis porque tem que trabalhar sábado e domingo.” **(Clóvis)**

A identificação com a informalidade e com a possibilidade de construir uma condição de trabalho que fuja dos modelos formais aparece como desejo para os participantes independente de escolarização e/ou ocupação atual. Nos parágrafos acima está a fala de dois participantes que tem primeiro grau incompleto, mas abaixo tal identificação é verificada também na fala de Bruna e Valdirene, participantes que têm terceiro grau incompleto e completo respectivamente.

“Não me imagino nisso por enquanto, [referindo-se a trabalhar quarenta horas em uma única instituição] não consigo me imaginar ainda, porque com psicologia eu só me imagino assim se eu tivesse trabalhando numa escola, numa empresa, num lugar assim,

que me faria ter todo esse horário e tal. Eu me imagino eu tendo um horário flexível, se eu passasse num concurso público que tu tem lá as suas horas pra fazer, então tu pode administrar isso, e eu te o meu tempo pra eu pode fazer o que eu quise.” (Bruna)

“ Hoje para mim seria muito complicado abrir mão de algumas horas da semana e para receber um salário que eu sei que aquilo que eu gostaria de receber não é compatível com a condição .” (Valdirene)

Para Dubar (1998) ao se estudar identidades é preciso resgatar as trajetórias de vida dos indivíduos, o que para ele remete quase sempre as trajetórias profissionais. Ao resgatá-las é necessário considerar a condição social em que ocorreram, mesmo porque esta é definidora das possibilidades que o sujeito tem e pode vir a ter. Resgatando as trajetórias dos participantes é possível ver as diferentes possibilidades que se construíram no mundo do trabalho para cada um dos grupos e conseqüentemente as diferentes imagens de si mesmos que foram construídas. Francisco, um dos participantes, tem primeiro grau incompleto e ao falar de postos de trabalho que exigiam maior escolarização dá entender que não se reconhecia ou mesmo queria ocupar estes.

“[...] os serviços que eu pegava era mais simplisinho né, era os serviço que eu gostava de fazer, muitas vezes pra i no melhorzinho tinha que te o primeiro grau daí eu nem ia né, mas não é isso que eu quero mesmo, [...]” (Francisco)

Ao mesmo tempo Francisco parece não ver um maior nível de escolarização como garantia de obtenção de maiores ganhos.

“[...] então pra mim não fez muita diferença não, nem mesmo se tivesse com o segundo, com o terceiro, não, porque hoje em dia até diplomado ta na pindaíba ai né, a gente vê né.” (Francisco)

Entre os participantes que possuem maior escolarização, a entrada no mundo do trabalho está mais diretamente ligada a uma formação. E a escolarização e a qualificação

aparecem como formas de se conseguir os postos de trabalho com os quais se reconhecem e em que conseguiram maior realização.

“[...] fiz um curso e é verdade, sabe existe uma carteira, existe uma ideologia. Então eu estou completando, não completando, mas realizando, eu estou realizando como projeto mesmo.” (Margarete)

Pensando ainda sobre trajetória e incluindo a idéia de futuro, a construção de uma nova identidade de trabalhador aparece para os participantes com maior nível de escolarização como uma possibilidade, e esta está diretamente ligada a uma formação.

“Você sabe né, nem graduação é suficiente hoje em dia, ou você tem uma pós não sei onde, ou você tem um mestrado, [...] Eu já penso também que com a psicologia eu até posso entrar em escolas maiores talvez numa função de coordenação, isso me agrada também a possibilidade, gostaria muito de ser coordenadora de uma escola com a experiência que eu tenho, [...]” (Bruna)

Já os participantes com menor escolarização não vêem muitas possibilidades de buscar ou construir outras formas de inserção no mundo do trabalho e, conseqüentemente, novas identidades de trabalhador.

“Quando eu era pequeno eu gostaria muito de ser escritor, era meu sonho, escrever novela, [...] Mas meu sonho assim hoje em dia não, quando eu era pequeno, adolescente eu gostaria. Às vezes eu ainda fico assim, eu gostaria, mas é tão difícil, seria uma coisa tão difícil. [...] Hoje em dia já não, já saiu muito da minha cabeça, mas na época que eu era adolescente eu pensava, coisa de adolescente né. [...] eu não sou muito de pensar no futuro, quer dizer no momento eu vou trabalhando, comprando as minhas coisas, não sou muito de pensar lá na frente. Porque antigamente eu projetava muita coisa e nunca dava certo, daí a partir do momento que eu parei de projetar as coisas andaram mais.” (Clóvis)

Um dado que chama a atenção é que a possibilidade de construir e conquistar uma outra identidade de trabalhador não significa sair da informalidade. Bruna e Valdirene, que

estão projetando e buscando outra ocupação, não buscam uma condição formal. Uma delas não acredita que a informalidade deixe de ser sua realidade ainda que se torne professora universitária.

“[...] hoje quando a gente pensa em formalidade, [...] eu conheço bastante gente que trabalha em universidade e os vínculos são os mais variados possíveis. Então, por exemplo, uma coisa é você hipotetizar que você vai ter um vínculo formal com uma empresa de quarenta horas, de trinta horas, de vinte horas, quando na verdade a gente vê que é uma correria, da uma noite aqui, [...] daí outra noite vai para não sei onde e vira uma ciranda. E uma coisa que eu escutei esses meses e que me surpreendeu é que uma universidade bastante renomada no estado tá fazendo contrato de prestação de serviço por tempo determinado. Então, por exemplo, eles te contratam por três meses, depois renova por mais um e acabou, você entregou o seu diário de professor acabou, no próximo semestre vamos ver o que acontece.” (Valdirene)

Neste capítulo contamos como chegamos aos participantes, apresentamos os mesmos e analisamos suas falas, seus discursos, no próximo, o último dessa dissertação, esboçaremos algumas conclusões a que chegamos após o percurso de construção deste trabalho.

6 Conclusões

A pergunta de pesquisa que norteou esta dissertação é um bom começo para as possíveis conclusões deste trabalho. Como tem se dá o processo de construção das identidades de trabalhadores que desempenham suas atividades no setor informal da cidade de Florianópolis-SC? Partindo daqui chegamos a uma série de questões que precisavam ser respondidas: O que é identidade? De quais identidades estamos falando? O que é informalidade? Existe relação entre a construção de uma identidade e a situação de informalidade? Trabalho e identidade ainda são temas que precisam ser discutidos?

Certamente não chegamos a respostas fechadas, ao contrário, construímos teoricamente conceitos que pudessem nos amparar para ir a campo e buscarmos conhecer a realidade da informalidade e a sua relação com as identificações construídas pelos trabalhadores que a vivenciam.

Antes de respondermos as perguntas iniciais precisamos problematizar o tempo em que vivemos e as características do mesmo. Uma dificuldade encontrada ao longo da construção da dissertação foi o fato do conceito que se queria trabalhar, identidade, ter, segundo Santos (1996), inaugurado a modernidade e além disso remeter exatamente ao que é negado no atual momento histórico, o estável, o imutável. Optamos por manter este conceito sabendo de suas limitações, mesmo porque a própria concepção de pesquisa aqui adotada, ou seja, a busca não foi por trazer respostas conclusivas, visto que a realidade é complexa, a proposta foi problematizá-la considerando seu movimento e suas contradições. A identidade também foi utilizada aqui a partir de uma concepção de processualidade, entendida como uma construção e não como algo natural e imutável.

Segundo Gonçalves (2001), as concepções pós-modernas problematizam a relação objetividade-subjetividade, mas não a superam, ao contrário a negam e, conseqüentemente, negam também o sujeito que se torna volátil. Sujeito este que se dissolve nas transformações trazidas pelos novos modos de acumulação do capital, sendo importante

salientar que este não é um processo “natural”. Tais transformações afetaram diretamente o mundo do trabalho, no qual emerge também um novo trabalhador.

A reestruturação produtiva suporia um novo perfil de trabalhador, a busca passa a ser por um profissional generalista e que domine a informação e a tecnologia, diferente daquele da modernidade. A idéia é que a valorização do individual, ou melhor, a desestruturação do coletivo, trará para os indivíduos a oportunidade de realizarem qualquer feito. “Entretanto, o que continua sendo observado é que, ou as individualidades não se realizam plenamente, ou a realização das individualidades não é suficiente para a felicidade e emancipação humanas.” (Gonçalves, 2001, p.68) Exemplo disto está nos movimentos fundamentalistas que perversamente exacerbam as individualidades, mas que ao mesmo tempo em que as regulam, as submetem.

Os novos modos de produção e acumulação do capital são também norteadores das concepções pós-modernas, pois possibilitam a emergência de um trabalhador polivalente e qualificado. Mas, como aponta Antunes (2000), tal trabalhador existe em um pequeno número, visto que a grande maioria está desempregada e/ou precarizada.

A informalidade é uma das principais realidades do atual mundo do trabalho. A mesma foi escolhida para ser o cenário desta pesquisa, porque se tinha a compreensão inicial de que esta seria a melhor expressão da precarização das condições e relações de trabalho. Além disso, ali estariam os trabalhadores mais afetados pela reestruturação produtiva. O contato com a literatura sobre este tema, especialmente Cacciamali (1982) e Alves (2003), quebraram esta concepção e a ida ao campo esfacelou a mesma.

Entre os participantes da pesquisa, ainda que todos trabalhem na informalidade, temos distintas condições de trabalho e de vida. Há os com maior nível de escolarização, os com menor, aqueles que precisaram fazer um curso para exercerem o trabalho atual, os que chegaram a esta condição de maneira casual, os que pagam o INSS, os que trabalham por conta própria, um que está vinculado a uma instituição, mas não possui registro formal, um que é sindicalizado, enfim muitas são as condições. As faixas de rendimento também são

variadas (vão de um salário mínimo até seis salários mínimos). E apesar deste leque de aspectos, só temos sete participantes, o que mostra que apresentar uma definição para a informalidade não é tarefa fácil. Fica claro também que a informalidade vai muito além da presença ou ausência de um registro na carteira de trabalho.

Um ponto de distinção entre os participantes foi o nível de escolaridade, sendo possível dividi-los em dois grupos de acordo com este. Os que tinham menor tempo de escolarização formal trouxeram em suas histórias uma entrada precoce no mundo do trabalho e suas profissões atuais aparecem como uma seqüência da trajetória profissional que possuíam. Já para os que possuem maior tempo de escolarização a entrada no mundo do trabalho ocorreu mais tarde e é decorrente de uma formação ou foi uma maneira de manter e ou buscar uma qualificação formal. No segundo grupo, com maior escolarização, a ocupação atual surge tanto como oriunda de um projeto, quanto de uma casualidade, sendo que neste último caso a mesma serve para a manutenção até que se consiga outra oportunidade mais interessante.

A escolarização que muitas vezes é apontada como causa da ocupação de postos informais, acaba sendo trazida por como um aspecto que não oferece garantias: “...porque hoje em dia até diplomado ta na pindaíba ai né...” (Francisco). Além disto é possível verificar que duas participantes têm como projeto conseguir outras atividades, acreditando que as mesmas virão por meio de curso superior ou pós-graduação. Buscam outra atividade, não necessariamente no mercado formal, pois, dependendo das condições encontradas, preferem permanecer na informalidade.

Apesar do nível de escolarização trazer traços distintivos entre os participantes, independente do mesmo, todos tiveram em sua trajetória inserção no mercado formal e referem-se à mesma como algo ruim e para a qual não gostariam de voltar ou na qual não se imaginam. Alguns dizem que talvez quando estiverem mais velhos para poderem ter uma garantia.

A percepção negativa do mercado formal foi unânime entre os participantes, o que indica e ratifica, como já dito no referencial teórico (Cacciamali, 1982), que a precarização das condições de trabalho não é exclusividade da informalidade. Baixos salários, longas jornadas, pouco espaço para criar no ambiente de trabalho e formas de gestão autoritárias aparecem como as mais difíceis características da realidade formal. Uma das participantes (Valdirene) refere-se a esta condição como algo que a transformava em alguém que não era. Esta fala vai ao encontro das reflexões trazidas por Marx (1983), a alienação ocorre também como processo de produção, durante o qual o trabalhador aliena-se a si próprio. É importante assinalar que este sentimento não é trazido por Valdirene quando fala de sua atividade atual.

Para Cacciamali (1982) o mercado informal não é uma reserva para o mercado formal, tal afirmação foi reforçada pelos dados encontrados, apenas um dos sete participantes passou por um processo de seleção para conseguir a sua atividade atual, os demais não costumam procurar empregos, na grande maioria das vezes conseguem seus trabalhos por meio de indicações. O mercado formal não é visto por eles como um projeto profissional ou como possibilidade de terem uma melhor ocupação e/ou rendimentos.

Apesar de perceberem o mercado formal como ruim e verem na informalidade maiores possibilidades de aumentar seus rendimentos e de terem mais liberdade de horário os participantes não falaram da informalidade como um paraíso. A precarização é traço significativo também no setor informal, a incerteza da obtenção de uma renda, o receio do que pode acontecer no futuro (dificuldades para trabalhar e/ou conseguir se aposentar), a impossibilidade de manter e garantir o sustento em situações de doença e a dificuldade para custear os encargos trabalhistas são trazidas como grandes dificuldades para quem vive tal realidade. Uma das participantes destaca o alto custo da liberdade que se tem quando se é autônomo: “... ser dono do próprio nariz tem um preço muito alto né.” (Renata)

Cacciamali (1999), aponta o fato das redes de proteção social que atingem os mais pobres no Brasil sempre terem sido mais significativamente oferecidas pelas comunidades e/ou famílias que pelo governo. A necessidade de contar com o apoio familiar, seja do

cônjuge ou de outros membros da família, aparece como decisiva para alguns participantes que acreditam ser esta a única forma de se manterem em situações que não podem trabalhar. É possível ver também uma descrença nas redes de proteção oferecidas pelo governo. Um dos participantes (Francisco) fala que, apesar do pai ter contribuído para o INSS pela vida toda, ele só conseguiu se aposentar porque seu irmão foi atrás, pois caso contrário o governo não avisaria que já estava na hora dele se aposentar e ainda continuaria cobrando. Assim, custear os encargos trabalhistas para poder contar com uma aposentadoria no futuro não é visto como certo, o que pode explicar o fato de que a contribuição do INSS só ser realizada por dois dos sete participantes.

A descrença nas redes de proteção oferecidas pelo governo aparece também na fala de uma outra participante (Bruna), que diz não saber se é realmente interessante contribuir para o governo ou pagar um plano de previdência privada. Sendo que Bruna é oriunda de uma família de classe média, o que vai ao encontro de uma reflexão trazida por Cacciamali (1999), onde ela afirma que as redes de proteção funcionavam razoavelmente bem para a classe média.

Não era nosso objetivo entrar em uma discussão sobre os sindicatos ou outras entidades que representem as categorias profissionais, mas é preciso apontar um aspecto trazido pela informalidade, a dificuldade de se construir uma organização que represente as categorias profissionais que a compõem. Dentre as categorias profissionais com que trabalhamos somente as guias de turismo falaram de alguma tentativa de se organizar enquanto grupo, ainda assim, referiram-se ao sindicato como pouco representativo. Os outros participantes nem sequer mencionaram qualquer tentativa de organização enquanto categoria profissional.

Visando contemplar outras possibilidades de inserção no mundo do trabalho, neste caso a informalidade, e de que forma a mesma interfere no processo de construção das identidades, realizamos esta pesquisa. Utilizando as reflexões trazidas por Lago (1999), buscamos investigar as imagens mentais que os trabalhadores constroem como sendo um “eu”. A problemática aqui era investigar como estava sendo construída a compreensão de si

mesmo em condições de trabalho que não seguem os moldes clássicos da produção capitalista, ou seja, em ocupações que não são empregos formais.

Nos dados encontrados ficou clara a importância do trabalho na construção das identidades. Mesmo quando este é tomado apenas como ocupação temporária e não profissão, acaba por ser decisivo na compreensão que o indivíduo tem de si mesmo. Ou como dito por Ciampa (1985) "...é pelo agir, pelo fazer que alguém se torna algo..." (p.64). A fala de uma das participantes (Valdirene) elucida esta afirmação, quando a mesma, que é por formação psicóloga, e hoje trabalha como professora de inglês, refere-se a um momento em que se questionou: "...escuta você é o que?" (Valdirene).

Constatamos em nossa pesquisa que algumas características da informalidade oferecem aos trabalhadores a possibilidade de construir um modo de trabalhar com o qual se identificam. A liberdade de horários, a diminuição da rotina e a ausência de chefes são aspectos que possibilitam aos participantes construir um modo próprio de ser trabalhador. Maheirie (2002) afirma que a identidade carrega em si tanto a negação quanto à afirmação. No caso deste estudo, as características do trabalho desenvolvido no setor formal servem como o contraponto para a construção de um outro modo de ser trabalhador. A possibilidade de construir um outro modelo de trabalhador diferente daquele do setor formal, aparece como um forte desejo para todos os participantes da pesquisa. Cacciamali (1982) já havia dito que o trabalho por conta própria aparecia como aspiração de trabalhadores assalariados, já que somente assim eles conseguiriam se livrar de padrões e horários rígidos.

O que fica claro aqui é a necessidade de discutirmos e incluirmos as mais diversas formas de relação de trabalho na formação dos profissionais da área de Psicologia, que na sua maioria continuam falando de um modo de trabalho que existe em uma pequena escala e que se reduz a cada dia. O que os leva a continuarem falando de um sujeito do trabalho que existe em um número muito reduzido, mas que acaba sendo tomado como o único modelo de trabalhador existente. Assim, é fundamental que a Psicologia, enquanto campo de saber, volte seu foco para a complexa e distinta realidade do mundo do trabalho, para

assim poder nos trazer alicerces para continuarmos pensando e lidando com o sujeito contemporâneo e suas identificações.

7 Referências

ALVES, M. A. Formas contemporâneas do trabalho informal no Brasil. **VIII Encontro nacional de estudos do trabalho**. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/vienc/ST6A.doc>> Acesso em: 11 maio 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. A. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho**, São Paulo, v.1, n° 2, p.55-59, 1999.

BAUMGARTEN, M. Reestruturação Produtiva e Industrial. In: Cattani, A. D. (org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Petrópolis : Vozes; Porto Alegre : Ed. da UFRGS, 2002. p. 268-271.

BERNARDES, A.G.; HOENISCH, J. C. D. Subjetividade e Identidades: possibilidades de interlocução da Psicologia Social com os Estudos Culturais. In: GUARESCHI, M. F. ; BRUSCHI, M. E.(org.) **Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 95-126.

BERNARDES, A.G.; GUARESCHI, M. F. Trabalhadores da saúde mental: tecendo identidades e diferenças. In: GUARESCHI, M. F. ; BRUSCHI, M. E.(org.) **Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 159-182.

CACCIAMALI, M. C. Liberalização do comércio e desafios para implementar os princípios e direitos fundamentais do trabalho na América Latina. **Seminário Internacional: Alternativas de Desenvolvimento e a Questão Regional**, 2001, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/cnpq/papers.html#S01>> Acesso em: 06 out. 2003.

CACCIAMALI, M.C. Transformações nas Relações de Trabalho e na Política Pública. **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho**, São Paulo, v.1, n° 2, p.60-63, 1999.

CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. Tese (Doutorado – Economia) - Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1982.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade humana como metamorfose: a questão da família e do trabalho e a crise de sentido do mundo moderno. **Interações: estudo e pesquisa em psicologia**. São Paulo v.3, n.6, p.87-101, jul/dez.1998.

CIAMPA, A C. Identidade. In: LANE, S. e CODO, W. (orgs). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CODO, W. et al. **Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar**. Petrópolis,RJ: Vozes,1993.

COUTINHO, M. C. Trabalho e Construção da Identidade. **Psicologia em Estudo**, v.4, n.1, p.29-43, 1999.

DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação e Sociedade**, v.19, n.62, p.13-30, 1998.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Economia Informal Urbana**, 1997. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 16 maio 2004.

FRANCO, M.L.P.B. Porque o conflito entre tendências metodológicas não é falso. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 66, p.75-80, 1988.

FRANCO, M. L. P. B. Que é Análise de Conteúdo. In: FRANCO, M. L. P. B. **Ensino médio: desafios e reflexões**. Campinas, SP: Papirus, 1994. p.159-185.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1987.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

GONÇALVES, M. G. M. A Psicologia como Ciência do Sujeito e da Subjetividade: o debate pós-moderno. In: BOCK, A. M. B. et. al. (orgs) **Psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2001. p.53-73.

GUARESCHI, P. e GRISCI, C.Z. **A fala do trabalhador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

Identidade. In: **Larrouse cultural**: dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Nova Cultura, 1992. p.600.

JACQUES, M.G. Identidade. In: STREY, M.N et al. (orgs.). **Psicologia social contemporânea**: livro-texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

JACQUES, M. G. Identidade e Trabalho. In: Cattani, A. D. (org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Petrópolis : Vozes; Porto Alegre : Ed. da UFRGS, 2002. p. 161 - 165.

JAKOBSEN, K. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: JAKOBSEN, K; et al. (orgs.). **Mapa do trabalho informal**. Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais da cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 13-18.

LAGO, M.C.S. Identidade: a fragmentação do conceito. In: SILVA, A. L.; LAGO, M.C.S. RAMOS, T.R. (org.) **Falas de gênero: teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999. p. 119 – 129.

MAHEIRIE, K. Constituição do Sujeito, Subjetividade e Identidade. **Revista Interações**, São Paulo, v.7, n° 13, p.31-44, jan.-jun. 2002.

MARX, K. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. In: **O Capital**, livro 1, v.1, cap.V. Rio de Janeiro: Civilização, 1968.

MARX, K. Trabalho alienado (Primeiro Manuscrito). In: FROMM, E. **O conceito marxista de homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MELO, Hildete Pereira ; TELLES, Jorge Luiz. Serviços e Informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro. **VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho**, 1999, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/vienc/ST6A.doc>> Acesso em: 11 maio 2003.

Mercado informal vira salvação. **Diário Catarinense**, Florianópolis, p. 14 e 16, 24 ago 2003.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 2000.

MORETTO, C. F. As múltiplas faces da Informalidade. In: TEDESCO, J.C.; CAMPOS, G.L.R. (orgs.) **Economia solidária e reestruturação produtiva: (sobre) vivências no mundo do trabalho atual**. Passo Fundo: Editora Universitária da UPF, 2001.

SÁINZ, J. P. P. Neoinformalidad e identidades laborales en Centro América. In: CASTRO, N. A.; DEDECCA, C. S. (orgs.) **A ocupação na América Latina: tempos mais duros**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998, p. 107-136.

SAMPAIO, J. R. Psicologia do Trabalho em três faces. In: GOULART, I. B.; SAMPAIO, J. R.(orgs.) **Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SANTOS, B.S. **Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SINGER, P. O trabalho informal e a luta da classe operária. In: JAKOBSEN, K A et al (orgs.). **Mapa do Trabalho Informal**. Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais da cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 11-13.

SOARES-LUCCHIARI, D. H. P.**Choix Professionnel: Projet des Parents - Projet des Adolescents**. Tese (Doutorado - Psicologia Clínica) - Universidade Louis Pasteur: França, 1997.

TONELLI, M .J. Organizações, Relações Familiares e Amorosas. In: DAVEL, E. & VERGARA, S. C. **Gestão com pessoas e subjetividade**. São Paulo: Atlas, 2001. p. 241-261.

8 ANEXOS

8.1 ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1ª Parte - Identificação

1) Sexo: () M () F

2) Data de Nascimento: ___/___/___

3) Naturalidade: _____

4) Escolaridade: _____

5) Estado Civil: _____

6) Filhos: () Tem () Não Tem Quantos: _____

7) Situação empregatícia do Cônjuge: _____

8) Quem é o principal responsável pelo sustento da sua casa? _____

9) De que forma sua renda contribui para o sustento da casa? _____

10) Renda Mensal Aproximada: _____

11) Renda Familiar Aproximada: _____

12) Qual é sua atividade profissional atual: _____

2ª Parte – Atividade Atual

Fale-me um pouco de sua atividade atual, o que faz, que horários cumpre, como é seu vínculo com os patrões? (há um tipo de contrato, ou os acordos são sempre informais?)

Há quanto tempo está desempenhando esta atividade?

O que o levou a buscá-la como opção de trabalho?

O que acha de seu trabalho atual?

Que dificuldades encontra nesta atividade?

Como se sente nesta atividade?

Como é a relação com as outras pessoas que a desempenha?

Como é a relação com os seus patrões?

O que pensa sobre os outros profissionais que realizam esta atividade?

O que acha que as pessoas pensam sobre os profissionais que fazem esta atividade?

O que você acha de não ter registro em carteira?

Gostaria de trabalhar registrado? Porque?

Você tem algum outro tipo de atividade profissional?

Gostaria de trabalhar em outra atividade?

Se tivesse a possibilidade de escolher optaria porque tipo de vínculo empregatício? Porque?

3ª Parte – Histórico Profissional

Conte-me como foi sua vida profissional?

Quando (com que idade) vc começou a trabalhar?

Porque começou a trabalhar?

Que atividade desempenhava nesta época?

Como foi sua trajetória profissional? Que funções já desempenhou?

Aproximadamente quanto tempo desempenhou cada uma das atividades?

O que o fez parar de fazer estas atividades?

Com qual delas se identificava mais?

Que atividades gostaria de ter realizado?

Que atividades ainda pretende realizar?

O que espera do seu futuro profissional?

4ª Parte – Vida Pessoal / Projetos Profissionais

Me conta um pouco a sua história? Fale-me um pouco de sua vida pessoal?

De onde você vem?

Como era sua família (Pais, irmãos)?

Como foi sua trajetória estudantil (estudou até que série, pq interrompeu os estudos)?

Que planos e/ou projetos tinha na infância e adolescência?

Como é sua vida atual (Se está casado? Há quanto tempo?

Se tiver filhos, como é a relação com eles, que idade eles tem?

Que coisas que você gosta de fazer nas horas vagas?

Qual o nível de escolaridade dos outros membros da família de origem e da atual?

Quem é o principal responsável pela renda da sua casa?

De que maneira seus rendimentos contribuem com esta renda?

Que projetos profissionais têm para o futuro?

5ª Parte – Relações com o trabalho e o emprego

O que é trabalho para você?

O que é emprego para você?

6ª Parte - Identidade

Como você responderia a seguinte pergunta: Quem é você?

Quando te perguntam qual é tua profissão o que você costuma responder?

Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

8.2 ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

	Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de Pós-graduação em Psicologia
---	---

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Maurício Campos e estou desenvolvendo a pesquisa **Identidade e Trabalho Informal: Um estudo com trabalhadores da grande Florianópolis**, com o objetivo de verificar de que forma o trabalho no mercado informal tem afetado as representações que os trabalhadores tem de si mesmos e de seu trabalho. Este estudo é necessário porque o número de pessoas que atuam em tal mercado tem aumentado significativamente, para realizar a pesquisa serão realizadas entrevistas. Esperamos que esta pesquisa amplie a discussão sobre esta condição de trabalho de forma que se possa estar mais atento para as necessidades destes trabalhadores. Se você tiver alguma dúvida em relação ao estudo ou não quiser mais fazer parte do mesmo, pode entrar em contato pelo telefone 249-7978. Se você estiver de acordo em participar, posso garantir que as informações fornecidas serão confidenciais e só serão utilizados neste trabalho.

Assinaturas:

Pesquisador principal _____

Pesquisador responsável _____

Eu, _____, fui esclarecido sobre a pesquisa **Identidade e Trabalho Informal: Um estudo com trabalhadores da Grande Florianópolis** e concordo que meus dados sejam utilizados na realização da mesma.

Florianópolis, / / 2004

Assinatura: _____ RG: _____